



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

VII Legislatura
I Sessão Legislativa

Número: 42
Horta, Terça-Feira, 20 de Março de 2002

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*
Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se pelas 15 horas e 25 minutos.

Período de Antes da Ordem do Dia

Após a leitura da correspondência entrou-se no período destinado às intervenções de interesse político relevante para a Região, tendo proferido intervenções, a diverso título, os Srs. Deputados Fernando Lopes (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Natividade Luz (*PS*) e Cláudia Cardoso (*PS*).

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Fernando Lopes, usou da palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*).

Também para esclarecimentos, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados Lizuarte Machado (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Bento Barcelos (*PSD*), Renato Leal (*PS*) e ainda os Srs. Secretários Regionais da Habitação e Equipamentos, *José Contente*, Assuntos Sociais, *Fernanda Mendes*, e da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*).

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão, usaram da palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa (*PS*) e o Sr. Secretário Regional do Ambiente, *Helder Silva*.

Ainda para esclarecimentos, na sequência da intervenção da Srs. Deputada Cláudia Cardoso, usaram da palavra os Srs. Deputados José Manuel Nunes (*PSD*), Joaquim Machado (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*) e o Sr. Secretário da Educação e Cultura, *Álamo de Meneses*.

Período da Ordem do Dia.

– **Continuação da discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 20/2001 que “adapta à Região o Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de Abril, que**

procede à revisão da transposição para direito interno das directivas comunitárias relativas à conservação das aves selvagens, (Directiva Aves) e à conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (Directiva Habitats).

Na continuação da discussão deste diploma usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Hernâni Jorge (*PS*), Paulo Gusmão (*PP*), Duarte Freitas (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional do Ambiente, *Helder Silva*.

Submetida à votação na generalidade, a mesma foi aprovada por maioria.

A discussão e votação, na especialidade, ficou agendada para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 20,00 horas.

Presidente: Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito boa tarde.

(Eram 15 horas e 25 minutos)

Peço-vos desculpa por este ligeiro atraso, motivado por compromissos inadiáveis e pela reunião da Mesa que durou até às duas horas e tal da tarde.

Posto isto, peço ao Sr. Secretário o favor de proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Dionísio Mendes de **Sousa**

Emanuel Mendonça **Furtado**

Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Henrique Correia **Ventura**

Hernâni Hélio **Jorge**

José António **Cabral** **Vieira**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José de Sousa **Rego**

José **Humberto** Medeiros **Chaves**

Lizuarte Manuel **Machado**

Luís Paulo de Serpa **Alves**

Manuel **Avelar** da Cunha Santos

Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**

Manuel Soares da **Silveira**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Maria da Natividade da Luz
Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral
Óscar Manuel Valentim da Rocha
Paulo Manuel Ávila Messias
Renato Luís Pereira Leal
Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

António Bento Fraga Barcelos
Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses
Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas
Humberto Trindade Borges de Melo
João Manuel Bettencourt Cunha
Jorge Alberto da Costa Pereira
José Francisco Salvador Fernandes
José Joaquim Ferreira Machado
José Manuel Cabral Bolieiro Dias
José Manuel Avelar Nunes
Luís Henrique de Aguiar Sequeira de Medeiros
Manuel Ribeiro Arruda
Manuel da Silva Azevedo
Mark Silveira Marques
Raúl Aguiar Rego
Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira

Partido Popular (PP)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados. Está aberta a Sessão. Pode entrar o público

Vamos proceder à leitura da correspondência que, entretanto, chegou à Mesa.

Secretário (António Loura): Do Instituto para a Inovação na Administração do Estado, um ofício remetendo o “Roteiro da Administração Pública 2002”.

Presidente: Não há mais correspondência, vamos passar às intervenções de interesse político relevante para a Região.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados:

Crescer mais do que a Europa e um objectivo consensual na política doméstica e merece, inclusive por parte da União Europeia, uma atenção especial com meios financeiros atribuídos num quadro plurianual e acompanhamento regular para corrigir percursos e concentrar esforços. Ao nível interno, ao nível doméstico do nosso País e da Região, estes métodos de fazer políticas, de a fiscalizar e de a

corrigir não fazem ainda parte integrante da nossa cultura política. Por isso vos proponho um olhar sobre este exercício de acompanhamento da execução duma política tal qual transparece nos relatórios sobre a coesão económica e social.

Os dois relatórios sobre a coesão e o último relatório de progresso, publicado em 2002, fazem o ponto de situação da execução da política a 15 Estados Membros, incluindo pela primeira vez a análise das diferenças numa Europa a 25, tendo em vista as decisões do Conselho Europeu de Laken.

A análise efectuada confirma, que com o alargamento, se verifica uma grande redução da média do PNB per capita e um acentuar das diferenças regionais e territoriais numa escala sem precedentes em anteriores processos de adesão.

Estamos aqui a falar de efeitos estatísticos, por um lado, e de efeitos reais, por outro. Numa Europa a 25 o PNB médio sofre uma redução de 13%. Seria de 18% se incluíssemos mais dois Estados Membros e tivéssemos da EU a 27. Nos Açores, que em 1999, últimos dados disponíveis da EU, atingem um nível de PNB que é cerca de 53% da média europeia a 15, o efeito estatístico do alargamento elevaria a média para 58.2%. E para 61%, se a Comunidade fosse alargada para 27 membros. A série revela também que o efeito real de convergência desde 1996 tem sido de 1 % ao ano.

Sendo encorajador que a taxa de crescimento de longo prazo tende a exceder a média europeia em 1% ao ano, o relatório identifica um grupo de desafios que a futura política de coesão económica e social deverá encarar. A saber, a necessidade de modernização dos sistemas económicos e sociais em resposta às alterações demográficas, questão relevante para os Açores, a crescente necessidade de aperfeiçoamento profissional, as pressões no que respeita a mobilidade interna e as migrações no interior do estado membro e da comunidade.

A questão fundamental, neste contexto, para os Açores agora e no futuro próximo não é, no meu entender, o nível de recursos disponíveis ou mesmo as taxas de co-financiamento que são da ordem dos 85%, dando como adquirido que mesmo no cenário da UE-27 os Açores continuarão a ser uma região de objectivo 1 e uma região ultraperiférica consagrada no de Tratado de Maastricht como o reconhece explicitamente este relatório, identificado como o relatório 2002 - 46 final.

Com os olhos no futuro, é do interesse regional avaliar o impacto passado dos programas e fundos disponíveis mas, principalmente, perguntar-mo-nos como os podemos utilizar de forma mais eficaz acelerando o ritmo de convergência com a União.

Numa sociedade baseada no conhecimento, modelo para que tendemos cada vez mais, o factor humano é decisivo no esforço de convergência das regiões menos desenvolvidas. Ensino, formação profissional e inovação são áreas vitais na melhoria das capacidades dos cidadãos para viver e trabalhar numa sociedade baseada no conhecimento.

Numa região insular e periférica como os Açores, as velhas discussões sobre sectores motrizes da economia, sobre as deficientes infraestruturas físicas em que a nossa sociedade se tem concentrado no último século, já não são decisivas como o comprovam os dados recentes sobre o ritmo de convergência. O que é **fundamental**, friso eu, é averiguar e resolver os elevados índices de insucesso no ensino básico obrigatório, vide relatórios de avaliação, a desadequação da formação profissional ao progresso das actividades empresariais actuais e futuras e a eficácia da investigação

realizada na promoção de melhores oportunidades de desenvolvimento. O que é **vital é avaliarmos as reformas na estrutura económica tirando lições sobre as medidas já tomadas no domínio dos transportes e da energia. Temos também de saber se as políticas urbanas e de gestão do território são catalisadoras do desenvolvimento ou meros somatórios de vaidades paroquiais.**

A discussão sobre o financiamento da autonomia, que mereceu enquadramento legal na Lei das Finanças Regionais, bem como eventuais disputas ao redor do equilíbrio das contas públicas nacionais e regionais não nos devem desviar do debate central sobre a convergência e a sustentabilidade da economia açoriana.

Aqui permite-me fazer um aparte sobre, porque o que se avizinha, o que se prevê e o que já se leu na opinião publicada, é que, de facto, poderemos ter em termos de debate nacional e também regional uma obsessão demasiada com o problema do equilíbrio das contas ao nível regional que poderá ser prejudicial para as finanças regionais, que poderá ser prejudicial para o esforço de convergência e sabemos que essa discussão percorre, do ponto de vista técnico, todos os quadrantes políticos e todas as acessibilidades da nossa sociedade. Por isso, neste momento, é mais importante sabermos quais são as questões centrais para os Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A continuação das velhas prioridades, dos últimos 16 anos, após a adesão à Comunidade Europeia, permitem-nos porventura, face aos dados destes relatórios da Comissão, manter os actuais ritmos de convergência, manter níveis de desemprego e inflação baixos, mas não nos permitem, com certeza, uma transição para a economia com base no conhecimento que é a base da sociedade no Século XXI.

Sabendo que a taxa de crescimento de longo prazo da economia portuguesa e de cerca de 3% ao ano, é vital que a Região identifique e promova sistematicamente factores competitivos e competências que lhe permitam sustentar um aumento da taxa de crescimento regional de longo prazo, para níveis acima dos 4% ao ano. No actual período de pleno emprego regional é necessário afinar políticas estruturais que permitam uma expansão da oferta agregada e um crescimento da produtividade em sectores como a administração pública, a educação, a saúde, a construção civil, os transportes e os serviços em geral. Quem prestou atenção aos sectores que enumerei viu que não falei das indústria nem da agricultura, mas essa é uma opinião própria, enquanto técnico, porque penso que nesses sectores as reestruturações que se têm feito nestes últimos 16 anos, desde a adesão à Comunidade, apontam para aumentos de produtividade acima da média nestes sectores. Estou preocupado é, de facto, com os outros sectores, aqueles sectores que, do ponto de vista estrutural, hoje em dia representam a maior parte do produto, mas que não representam os motores desta economia em termos de produtividade, antes pelo contrário. Embora tenham mais meios, mais recursos, estão a consumi-los de uma forma que, de certo modo, atrasa ou reduz o efeito positivo das reestruturações naqueles sectores que nós comumente chamamos tradicionais e às vezes interpretamos tradicionalmente pejorativamente como atrasados, quando essa não é a verdade dos factos, essa não é a verdade histórica dos últimos 16 anos, da modernização que enfrentámos após a adesão.

Para concluir, eu diria que é preciso pensar sobre estes novos sectores, sobre os sectores dos serviços em geral, mas que não basta aumentar o investimento nestes sectores, porventura até nem será o mais importante, mas é necessário que o

investimento realizado tenha um maior efeito no produto, na produtividade e no rendimento dos Açorianos.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS, do Governo e do Sr. Deputado Manuel Azevedo)

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de, em primeiro lugar, dizer que escutei com muito agrado esta intervenção do Sr. Deputado Fernando Lopes.

Penso que foi uma intervenção serena, séria, com profundidade e nos últimos tempos talvez foi das intervenções que merece mais reflexão de todas as bancadas nesta Assembleia, porque fez um ponto da situação relativamente ao nosso enquadramento nacional e externo no momento e aquele que se avizinha com o alargamento da União Europeia e também porque em termos internos tentou fazer uma reflexão sobre as questões que no curto prazo vamos ter que trabalhar sobre elas para nos adequarmos e nos prepararmos para estas mudanças, para esta evolução que vai existindo do ambiente que nos rodeia.

O Sr. Deputado tocou em dois pontos que me parecem essenciais.

Estamos, e é bem verdade, ao nível do pleno emprego e, portanto, a esse nível não podemos alargar muito mais a nossa contribuição através do emprego para o aumento do produto global e o que há a fazer é, de facto, investir no conhecimento, investir na produtividade e na formação para que possamos incrementar os nossos níveis de desenvolvimento e nos aproximarmos das médias nacionais e comunitárias. Esse é o grande objectivo estratégico que temos na Região, mas para isso é fundamental trabalhar, investir em tudo o que for possível para aumentar a nossa produtividade.

O Sr. Deputado disse e bem o caso, por exemplo, do sector tradicional que é a agricultura, os dados provam a alguns anos para cá que sendo tradicional e muitas vezes sendo “o tradicional” visto de alguma forma num sentido um pouco perjurativa, o que é verdade é que é o sector onde a produtividade mais tem aumentado em toda a fileira, desde a produção até à transformação e a esse nível pode ser também um exemplo.

A agricultura muitas vezes é criticada por ser um sorvedouro de dinheiros, mas o que é facto é que o investimento que se fez na agricultura nos Açores, ao longo dos últimos 10 ou 15 anos, é um investimento que tem efeito e nota-se que houve uma decalage do crescimento da produtividade média no investimento neste sector, relativamente a outros sectores que, embora eventualmente tenham tido menos fundos, também a sua produtividade não cresceu tanto como esta do sector agrícola.

Portanto, este exemplo da agricultura, é um exemplo que temos que ter que começar a pensar em extrapolá-lo para outros sectores da nossa actividade, desde os sectores públicos aos sectores privados. Para isso é preciso pensar em produtividade, pensar em eficiência e pensar, sobretudo, em reformas.

Se algo não está bem, muitas vezes os paleativos são apenas atirar dinheiro para os problemas em que eles não são resolvidos e fica-se sem o dinheiro.

O que é preciso é pensar nas reformas que temos que fazer, definindo os grandes objectivos estratégicos e pensar em cada uma das áreas, quais são as reformas que é necessário fazer e este é um momento importante para fazermos isso, até porque a nível nacional, recentemente, foi um dos grandes temas da campanha eleitoral e um dos grandes temas em que a opinião pública se tem versado.

Esse é um trabalho de todos nós, esse é um trabalho que o PSD já está fazendo, e penso que é um trabalho que preocupa também o Sr. Deputado, razão pela qual gostaria também de dar aqui este contributo.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O modelo de reconstrução adoptado pelo Governo Regional dos Açores para fazer face aos estragos do sismo de 9 de Julho de 1998 e as condicionantes económicas e populacionais próprias das duas ilhas mais atingidas – Faial e Pico - , conduziram à opção por entregar uma parte da Reconstrução a grandes empresas de dimensão nacional, algumas delas mesmo sem qualquer passado de ligação à Região.

Tendo em conta o volume de obras a enfrentar, tornou-se inevitável que, com as empresas, viessem para os Açores fluxos significativos de mão-de-obra que são a garantia da concretização da tarefa da Reconstrução. E se a estes condicionalismos somarmos a circunstância da coexistência temporal de uma Lei de Imigração extremamente permeável, estão criadas as condições para que os Açores – e o Faial e Pico em particular, mas não só – depressa se tenham tornado destino de fluxos significativos de mão-de-obra imigrante.

O impacto social deste fenómeno, sobretudo em comunidades pequenas e fechadas como o são as ilhas, é um elemento a merecer cuidada atenção e acompanhamento permanente. Basta referir que, por exemplo, no Faial, uma ilha cuja população ronda os 15.000 habitantes, receber um contingente de mão-de-obra de 1.500 a 2.000 trabalhadores, como se verifica, implica falarmos de um crescimento da população, num curto período, de 7.5 a 10%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A verdade impõe que se diga que até hoje, nestas duas ilhas, não tem havido problemas sociais significativos por efeito da presença nelas de tão grande e necessário número de trabalhadores. E é justo também que se reconheça que o Governo Regional e as empresas conseguiram, pelo modelo implementado, atenuar e evitar os problemas que grandes aglomerados dormitório poderiam constituir.

No entanto, preocupa-nos e interpela-nos algum abandono e aparente falta de enquadramento oficial que sentimos junto dos trabalhadores imigrantes. Não fora a criação, pela Ouvidoria da Horta, de um Gabinete de Acolhimento para os trabalhadores imigrantes, que tem procurado ajudar aqueles que necessitam apoio na resolução de problemas burocráticos ou auxílio sócio-caritativo; não fora o Pároco da Matriz da Horta e um director de serviços da Administração pública regional que têm disponibilizado um serviço de aulas de português para os imigrantes vindos dos países de Leste e que ainda há dias proporcionaram , no Faial e Pico, missas segundo o rito bizantino, com a vinda de um sacerdote ucraniano que aqui contactou com a realidade da imigração e com os seus compatriotas; não fora, na Madalena do Pico e

na Terra do Pão, o empenhamento da Cáritas em proporcionar aos imigrantes de Leste aulas de português; não fora estes edificantes exemplos e estaríamos, neste domínio, num absoluto deserto, que só nos envergonha, a nós que também fomos – e, embora menos, ainda somos – um povo de emigrantes que sabe o que sofreu nos países para onde procurou a fortuna e as oportunidades que a Pátria lhes negava.

Por outro lado, de tempos a tempos, circulam rumores acerca da existência de fenómenos de exploração desenfreada dos trabalhadores por patrões sem escrúpulos, sendo frequentes as suspeitas de falseamento da declaração dos vencimentos para efeitos dos descontos legais, ou até de patrões que dizem cativar as percentagens destinadas por exemplo à Segurança Social e, depois, não as entregam. Também se fala muito sobre as condições de higiene e segurança no trabalho proporcionadas por alguns sub-empregueiros em actividade no âmbito da Reconstrução.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Serviços de Administração do Trabalho na Horta, a quem caberia a fiscalização e acompanhamento de algumas destas situações, passaram de uma média de 10 a 20 pareceres para efeitos da emissão de vistos de trabalho e depósito de contratos de trabalho para cerca de 1500 em 2001, isto para não referir também toda intervenção resultante do aumento da conflitualidade laboral. E para fazer face a este crescimento abrupto e exponencial, o quadro de pessoal mantém-se inalterado, apesar das promessas em contrário.

Basicamente se poderá dizer o mesmo do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que se continua a debater com falta de meios humanos para enfrentar um tão grande crescimento de solicitações.

Continua a faltar, claramente, nestes casos, uma resposta excepcional para uma situação excepcional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Finalmente, um outro fenómeno tão preocupante como delicado e melindroso. A grande maioria dos imigrantes que recebemos são provenientes da África, do Brasil e de países da Europa de Leste (principalmente Ucrânia e Moldávia), zonas referidas pela Organização Mundial de Saúde como de alta taxa de penetração de doenças infecto-contagiosas. E a verdade é que esses trabalhadores chegam na sua esmagadora maioria sem qualquer triagem ou controle sanitário.

Preocupa-nos o impacto que tal situação pode provocar na saúde pública, sobretudo em meios pequenos e fechados.

E reconhecemos o melindre que rodeia uma abordagem e uma solução construtivas para este problema.

E também sabemos que não há soluções fáceis nem repentinas. Mas a defesa dos próprios trabalhadores imigrantes impõe que se encare a nível oficial uma forma de intervir nesta área, que poderá com naturalidade ser através de protocolos de cooperação entre as empresas e os Centros de Saúde, que visem, no contexto da Medicina do Trabalho, o acompanhamento dos trabalhadores.

Mas, parados é que não podemos continuar, assobiando para o lado, fazendo de conta que nada se passa e cruzando os dedos para que nada se venha a passar.

Tenho dito.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado para esclarecimentos.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Costa Pereira, os meus parabéns pela sua intervenção.

De facto as preocupações que colocou são também preocupações nossas como, aliás, já conversámos muitas vezes e sabemos que assim é.

Houve um esforço muito grande no sentido de não concentrar em aglomerados muito grandes os trabalhadores e dispersá-los pelas nossas duas ilhas. Esse trabalho está a dar o seus frutos, como reconhecemos.

Todas as outras preocupações são, de facto, o relato autêntico e fiel das preocupações de todos nós, dos deputados do PS, deputados da oposição e do Governo, e é muito importante olharmos para estas questões com muito cuidado e com redobrada atenção, porque o Faial não tem esse problema, mas é uma ilha de dimensão mais reduzida e com os seus 15 mil habitantes já tem uma densidade populacional razoável, o Pico é uma ilha maior e com os mesmos 15 mil habitantes tem uma densidade populacional muito baixa.

Ultimamente temos tido o prazer de receber inúmeros estrangeiros que têm adquirido propriedades no Pico e por lá se vão fixando e vão contribuindo também para o desenvolvimento da nossa terra, não só material, mas também cultural e nós, picarotos, encararíamos com bons olhos que alguma desta gente que por aí está neste momento, muita dela com formação superior e uma parte considerável com formação bastante acima da média das nossas populações, pudesse por aí ficar e contribuir também para o desenvolvimento do Pico e da Região.

Por isso as questões que o Sr. Deputado levantou com toda a justiça e com toda a oportunidade, são questões fundamentais que têm que ser encaradas com seriedade e da nossa parte estaremos sempre disponíveis para essa reflexão, para essa análise e para as encarar justamente com essa seriedade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas para esclarecimentos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção que o Sr. Deputado Costa Pereira aqui fez e que o Deputado Lizuarte Machado a seguir prestou alguns esclarecimentos, penso que toca num ponto importante, que tem a ver com a integração destes estrangeiros que neste momento estão a trabalhar nas ilhas do Faial e do Pico, a nível da reconstrução, mas gostaria também de tocar aqui outro assunto que foi, aliás, objecto das nossas reuniões, nomeadamente com a Associação Comercial e Industrial da Ilha do Pico e com a Câmara de Comércio da Horta e que, de alguma forma, toca também nesta problemática e que tem a ver com algumas dificuldades por que algumas empresas locais estão passando e inclusivamente alguns destes trabalhadores vêm passando, face a alegados atrasos nos pagamentos das empreitadas da reconstrução. Sabemos e as pessoas comentam esta situação à “boca pequena”, os próprios empresários embora não queiram falar nisto publicamente também vêm falando nesta questão, inclusivamente alguns dizem que não falam em voz alta, porque se já estão com

pagamentos em atraso e se falarem podem ficar com os pagamentos ainda mais atrasados.

Esta é uma situação preocupante e é preocupante também por aquilo que obtivemos nessas reuniões com estes representantes dos agentes económicos, porque, dizem eles e constam dos relatórios, se houve algum benefício concreto e palpável quando vieram para cá esses emigrantes e as grandes empresas a distribuírem os estaleiros para não ficarem muito concentrados, isso é algo que foi positivo.

Mas, também é verdade que, e foi-nos dito com grande preocupação, depois desta reconstrução, o tecido económico das ilhas, nomeadamente do Faial e do Pico, irá ficar mais ou menos como está.

Esta calamidade, que nos atingiu a todos nós, poderia ter potenciado o desenvolvimento de empresas locais, não só em termos de dimensão, mas também de qualificação e dos seus trabalhos, mas isso não aconteceu, não acontece e isso foi-nos transmitido pelos representantes dos agentes económicos.

São as grandes empresas do Continente que para cá vêm. A maior parte delas trazem a grande maioria dos materiais e, segundo nos disse um destes representantes dos agentes económicos, só cerca de 10 a 15% dos materiais é que são comprados no comércio local e desses materiais que são comprados cá, mesmo assim têm pagamento com enormes atrasos que começam a estrangular empresas.

Já sei que me vão dizer que há empresas que pagam mais rapidamente do que outras e tentar passar o ónus desta questão para as próprias empresas, mas a questão não é bem essa, a questão é que há empresas que têm maior capacidade para aguentar os atrasos de pagamento do Governo Regional, mas também há empresas que têm menos possibilidade de o fazer e se calhar também há empresas mais escrupulosas a cumprir os seus compromissos, embora quem lhes deve não os cumpra, mas também há aquelas que não têm esses mesmos escrúpulos e se calhar não podem ter, porque não têm capacidade financeira para tal.

Esta é uma preocupação desde já presente, porque há comerciantes locais com grandes dificuldades financeiras na sua empresa e isso faz com que elas não possam fazer os investimentos que pretendiam fazer, porque têm que segurar as suas finanças por via destes atrasos.

Por outro lado, por via da estratégia e da filosofia que foi utilizada e com a vinda de gabinetes e de empresas do Continente, as empresas locais não tiveram a possibilidade de elas próprias se desenvolverem, crescerem e se qualificarem.

Acabada a reconstrução podemos ficar, principalmente no Faial e no Pico, com alguma mão-de-obra que vem do exterior e que se radique cá e também traz coisas positivas para a nossa população, mas as empresas vão-se embora, os lucros vão para o Continente e algumas empresas de cá, se calhar, vão ficar é com prejuízos de empresas do Continente que para cá vieram e não lhes pagaram.

Isto é uma preocupação que nós sentimos nestas ilhas, é uma preocupação que nos foi transmitida pelas Associações, representantes dos comerciantes, em reuniões que nós tivemos e é uma preocupação que se sente globalmente na nossa economia, porque, por aquilo que nos apercebemos, para o futuro, em termos do tecido económico, não vamos ficar com mais nenhuma valia de todo este processo de reconstrução. No presente já existem algumas empresas que passam dificuldades, exactamente pelas razões que acabei de referir.

Deputado Bento Barcelos (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para dar dois ou três esclarecimentos ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

Não comungo, naturalmente, do ambiente pessimista, face a pagamentos e face até à dinâmica do mercado de trabalho na reconstrução e digo porquê:

Em primeiro lugar, a maior parte das empresas que conosco estão a realizar este processo, são empresas que têm a sua sede social sediada nos Açores e, portanto, isso significa que em termos de mais valias ou de impostos, deixam-nos aqui e posso-lhe dar alguns exemplos: é a Tâmega/Açores, a Tecnovia/Açores, a Ediçor, a Sanibetão, a Marques, Lda, etc.. Portanto, isto são todas empresas regionais.

Existe, de facto, uma empresa nacional que é a Ferseque e essa, sim, não deixa os impostos aqui na Região.

Portanto, face à primeira abordagem da sua intervenção, gostaria de esclarecer este ponto.

Em segundo lugar, no final do ano transacto e na transição de facturação do ano anterior para este ano, como sempre acontece em regime de empreitadas, houve efectivamente algum desfasamento, face ao ritmo a que as empresas, felizmente, nos Açores estão habituadas por este Governo Regional a receber atempadamente e a terem menos dificuldades do que as que foram conhecidas no passado.

Deputado Mark Marques (PSD): Tinha que vir atrás!

O Orador: Também devo dizer que nos primeiros meses do ano há um conjunto muito grande de facturação que foi todo regularizado e isso significa que essas empresas não têm esses problemas com intensidade, ainda que em regime de empreitadas, como sabe, é a partir dos autos de medição e da facturação que vai chegando ao CPR e do envio para a contabilidade que esse processo se realiza e concretiza.

Portanto, eu não conheço dificuldades a não ser aquelas que decorrem dum processo de grande volume de investimento. É preciso dizer que estão em curso 40 empreitadas com 3 empresas e isso corresponde a um volume muito grande em termos de investimento global e a nossa preocupação é, fundamentalmente, a que esse processo decorra também em regime de pagamentos de forma a não haver roturas, face aos compromissos que o Governo Regional tem e que estão contractualizados.

É importante dizer aqui que a nossa preocupação permanente é garantir que este financiamento continue com normalidade, isto dependendo também muito do quadro futuro e dos recursos de financiamentos que a Região poder ter para, efectivamente, resolver esta questão como ela tem vindo a ser resolvida até aqui.

A nossa preocupação, vai continuar a ser, por este lado, a de garantir que as empresas regionais, que são sobretudo empresas regionais, possam ter esse saneamento financeiro em dia e, obviamente, temos também a preocupação de garantir o financiamento financeiro do futuro, ainda que essas são sempre matérias em aberto, mas que o Governo Regional está também bastante atento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, aquilo que o Sr. referiu relativamente às empresas com delegações nos Açores e, portanto, pagando os seus impostos em circunscrição fiscal nos Açores, isso é verdade na maioria delas, mas eu estava a falar do caso das empresas, dos comerciantes locais do Pico e do Faial.

Foi no Pico e no Faial que nós sentimos o sismo. Todos nós, de todas as bancadas, desde o início, entendemos que, face a esta calamidade que nos atingiu, era importante que o processo de reconstrução contribuísse não só para as melhorias das habitações, para o equilíbrio social e económico destas comunidades, mas também para o fortalecimento do tecido económico destas ilhas.

O que eu disse não foi de modo algum negado pelo Sr. Secretário, se calhar até “à contrário” terá sido confirmado.

De facto as empresas de construção civil destas ilhas e os comerciantes destas ilhas que vendem materiais de construção pouco ou nada têm beneficiado com este processo de reconstrução, por via da filosofia que foi implantada.

São os grandes projectistas do Continente e também alguns de cá que têm levado grandes tranches destes milhões e milhões que se têm vindo a anunciar para a reconstrução.

São as grandes empresas, também exteriores a estas zonas, que têm feito as obras, conjuntamente com alguns sub-empreiteiros de cá, mas as empresas que existiam cá e que se poderiam melhorar, como aconteceu noutras circunstâncias, e evoluir em termos de qualidade, em termos de conhecimento e tecnologia, essas empresas não estão a ganhar nada com isso. Isto foi-nos dito tanto no Pico como no Faial. A verdade é esta.

Passada a reconstrução estamos todos convictos que, demore ela o tempo que demorar, com mais ou menos problemas, em termos do parque habitacional, as coisas vão ficar melhor do que estavam antes e não podia ser de outra forma.

Em termos sociais temos alguns problemas pontuais que, mesmo assim, penso que não se estão a tornar graves até pela forma como as pessoas têm sido enquadradas, agora em termos económicos, para o tecido local, não estamos a ganhar nada com esta reconstrução.

Um dos grandes temas do Partido Socialista antes de ser Governo, ao que me lembro, tinha a ver exactamente com dividir as empreitadas para que os empresários açorianos pudessem fazer trabalhos na Região. Ora, desse discurso à prática, estamos num caminho diametralmente oposto. Se o discurso era tentar fazer com que as empresas de construção civil regional pudessem concorrer, aceder às empreitadas dividindo-as, eventualmente, o que foi feito aqui foi exactamente o contrário, são grandes empreitadas que são feitas, são grandes empresas nacionais que estão...

Deputado José San-Bento (PS): É com essas empresas que as obras estão a decorrer a bom ritmo.

O Orador: Ó Sr. Deputado, o Sr. não sabe do que é que está a falar. O Sr. está convidado, da minha parte, a acompanhar-nos, se quiser, ao Pico na próxima semana quando a Comissão lá for e o Sr. já vai ver o que é a reconstrução.

Deputado José San-Bento (PS): Eu vou mais vezes ao Pico do que o Sr. Deputado da sua bancada, eleito pelo Pico.

O Orador: Já nem o argumento de que a reconstrução está a correr, levou os faialenses a votar no PS. Já nem esse argumento o Sr. tem. Se esse argumento serviu há algum tempo, a prova agora é precisamente o contrário.

Se diziam que os faialenses votavam no PS era porque estava a correr bem, os faialenses já votaram nas últimas eleições maioritariamente no PSD, é sinal que não está a correr bem.

Presidente: Sr. Deputado, já ultrapassou o seu tempo.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Presidente: Agradeço que seja muito sintético.

O Orador: Gostaria só de tocar aqui em dois pontos relativamente à componente financeira.

As verbas que estavam previstas para área da reconstrução, diminuíram fortemente, em relação àquilo que estava previsto no PMP para 2002 e por via disso se já estávamos com atrasos, eles não vão ser recuperados.

O Sr. Secretário pode dizer que não há atrasos e alguns acontecem é com a passagem de um ano para o outro, mas há atrasos nos pagamentos, Sr. Secretário, e não é só na reconstrução, mas em muitas outras áreas.

Nós sabemos das instituições financeiras e de várias pessoas que, além dos atrasos, há muito pagamento em regime de “facturing”, porque não há meios financeiros para fazer o pagamento a tempo e horas e os procedimentos normais. Os bancos sabem e nós também sabemos disso.

Quanto ao quadro futuro, o problema não é de agora nem é do quadro futuro, porque quem cativou 10% das verbas do Plano de 2000 e de 2001 e quem agora fez um Orçamento e um Plano com menos 10% do que aquilo que estava previsto há um ano atrás, foram os Srs.. Esse reconhecimento das dificuldades já existia.

Não comecem a tentar arranjar “bodes expiatórios” para a situação que os Srs. já podiam ter resolvido.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou tentar esclarecer tudo aquilo que o Sr. Deputado Duarte Freitas disse, porque acho que misturou muita coisa.

Em primeiro lugar, obviamente que o Governo Regional orgulha-se do sector da construção civil que está bem nos Açores e orgulha-se de ser elogiado pelos próprios empresários.

Não vale a pena distrairmo-nos do que é traço saliente da construção civil nos Açores, que está patente no volume de crédito à habitação em termos dos privados e está também no folgo que a construção civil tem nos Açores. Isso não foi “obra e graça do Espírito Santo”, como também não foi o estado em que encontramos a construção civil nos Açores em 1996, mas dessa parte já estamos conversados.

Em segundo lugar, aquilo que eu lhe disse, obviamente que é verdade: são as empresas regionais e com sede na Região que estão efectivamente na reconstrução a terem elas próprias solvência económica e financeira e a deixarem também cá os seus impostos.

Em relação àquilo que as empresas compram e onde compram, obviamente que não vai obrigar o Governo Regional a dizer às empresas que devem comprar aqui ou ali, porque, para além de ser mais caro, vai dinamizar.

Os Srs. que agora cada vez mais vão sendo acérrimos do mercado livre e do neoliberalismo, obviamente que não estão a defender essa situação.

O que eu queria também dizer, em matéria de empresas que existem nos Açores, é que há um grande dinamismo das empresas, porque o investimento que está sendo feito na reconstrução nestas duas ilhas potenciou muitas coisas. Pergunte às pessoas dos restaurantes e de todas as outras actividades complementares que são o suporte desta reconstrução.

Portanto, o cenário não é esse, Sr. Deputado, e o cenário onde o Governo Regional não pode regular ou intervir é porque, efectivamente, depende do funcionamento livre do mercado.

Nós não temos essa ideia pessimista desta situação, porque o sector da reconstrução civil, e é preciso que isto fique bem fixado nos Açores, é um sector que está efectivamente de saúde e ainda bem. É por isso que já representa, em termos de postos de trabalho e em termos de actividade económica nos Açores, o primeiro sector de actividade.

Isto significa que há saúde nas empresas e significa também que o mercado de emprego da construção civil está bem.

Agora, o que nós não podemos fazer, como deve calcular, é obrigar as empresas a comprar areia, ferro e cimento a a, b, ou c.

Também lhe quero dizer que há um conjunto grande de sub-empregados que estão a trabalhar com essas empresas e estão efectivamente a ser dinamizados.

Também lhe posso esclarecer que o faseamento das obras públicas nos Açores existe, e tanto existe que há muitas empresas que estão com obras e têm carteira de obras, agora quando o Governo Regional, entendeu, em termos da reconstrução, lançar empreitadas em termos de aglomerados, porque isso faz parte da economia de escala e dos preços que se podem adquirir com este tipo de metodologia, obviamente que nós fizemos isso, porque é mais fácil resolver um grande problema e também porque, em termos de economia de escala, ela também existe.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, os comerciantes do Pico e do Faial tinham a expectativa de que este processo trouxesse mais valias significativas, isto é, de que eles fossem fornecedores duma parte significativa dos materiais e dos equipamentos utilizados neste processo de reconstrução.

Isso não está a acontecer, porque o grosso das empresas que estão nas empreitadas da reconstrução já são empresas regionais e, portanto, já tinham os seus circuitos de fornecimento.

Por outro lado, as poucas empresas que vieram de fora também tinham, de alguma forma, os seus circuitos de fornecimento.

No conjunto do Faial e Pico houve duas ou três empresas que entraram neste processo de reconstrução, porque tinham alguma dimensão, mas mesmo assim tiveram alguns cuidados e tiveram o cuidado de, para entrarem neste processo, não crescerem exageradamente, porque não podemos ter ilusões: a generalidade dos empreiteiros de construção civil do Faial e Pico dificilmente entrariam num processo desses, não porque fosse difícil prepararem-se para entrar no processo, mas era impossível sobreviver depois do processo. Esta é que é a grande questão, porque depois do processo da reconstrução concluído, esses empreiteiros não tinham qualquer hipótese de sobreviver.

Portanto, estão aqueles que, tendo a sua estrutura, apenas se limitaram a deslocar para estas duas ilhas parte dessa estrutura, mas que têm, pela sua carteira de encomendas e pela dinâmica da construção civil nos Açores em outras ilhas, assegurado o seu futuro.

Estes pequenos empreiteiros nestas duas ilhas, a não ser nestas pequenas sub-empreitadas, não tinham qualquer hipótese de se preparar para entrar neste processo e nestas grandes empreitadas.

Mas, há também uma coisa que é preocupante e que está a acontecer e não pode ser esquecida, é que algumas empresas também regionais, e não são só as empresas que vieram de fora da Região, têm de alguma forma utilizado o pequeno comércio para, digamos assim, se financiarem através deles, atrasando os pagamentos e esta situação é preocupante.

Há neste momento algumas empresas no Faial e no Pico, desde restaurantes até pequenos armazenistas, que estão mais ou menos estrangulados, porque essas empresas não lhes pagam, embora nós saibamos, como o Sr. Secretário disse, que daí não advém nenhuma responsabilidade ao Governo Regional, porque também, e já foi prestada essa informação em Comissão, as questões estão grosso-modo regularizadas e algumas coisas que faltavam regularizar, vieram a ser regularizadas ao longo do mês de Fevereiro.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

O Orador: Portanto, o que é facto, é que terá que se ter alguma atenção relativamente a estas empresas, porque algumas delas continuam a pagar tarde e a más horas ao nosso comércio e numa fase em que eles gerariam algumas mais valias para investirem e crescerem, não o podem fazer, porque estão a servir de financiadores dessas empresas. Se for possível, é bom que se encontre uma forma de acabar com isto, embora no tal mercado livre isso seja, não digo impossível, mas muito difícil.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos para esclarecimentos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou abordar nesta minha curta intervenção, o impacto económico e também social do processo da reconstrução e dos trabalhadores que estão nessas obras, mas,

sem fugir ao assunto que trouxe aqui o Deputado Costa Pereira, tenho que questionar o Governo sobre um aspecto que reputamos de muito importante e que, aliás, também o Sr. Deputado Lizuarte Machado disse que era um aspecto que o preocupava, que é o controlo sanitário destas centenas ou milhares de trabalhadores estrangeiros que estão a chegar aos Açores e perguntava à Sra. Secretária Regional, tendo em conta que a Organização Mundial de Saúde, como disse o Deputado Costa Pereira e muito bem, tipifica países da África e de Leste como países com perigos para as questões de saúde pública, o que é que está a ser feito na Região?

Era essencial, de facto, que os açorianos e esses próprios trabalhadores também tomassem conhecimento do que é que está efectivamente a ser feito na Região, da responsabilidade dos serviços públicos de saúde.

Também perguntava como é que é feito o registo desses trabalhadores nos Serviços da Segurança Social, tendo em conta que já me ocorreu na Ilha Terceira um caso ou outro que se socorreram dos serviços de saúde e não tinham a documentação devida para beneficiarem ou usufruírem desses serviços?

Também por isso, parece-nos de toda a pertinência política esta intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira, mas também me parece de toda a pertinência política que o Governo nos esclareça sobre esta questão.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Secretário José Contente e a intervenção especialmente do Sr. Deputado Lizuarte Machado vieram apenas confirmar aquilo que eu aqui tinha dito. Inclusivamente o Sr. Deputado Lizuarte Machado sabe tão bem quanto eu que algumas dessas empresas atravessam extraordinárias dificuldades financeiras.

Penso que também sabe que já há restaurantes, nomeadamente na ilha do Pico, com processos em tribunal contra firmas, por falta de pagamento das refeições que os seus trabalhadores faziam nesses restaurantes. Estes são apenas exemplos que vêm confirmar o que eu disse.

Eu não referi que estava tudo mal, eu referi, e o Sr. Secretário sabe bem, que todos nós tínhamos a expectativa, e penso que se vai cumprir, de que no final do processo da reconstrução vamos ter um parque habitacional melhor do que tínhamos antes. Em qualquer processo seria assim e neste terá de o ser e vai sê-lo certamente. Vai demorar mais ou vai demorar menos, vão gastar-se mais ou menos milhões. É óbvio que ninguém pensaria que no fim do processo não tivéssemos um parque habitacional melhor do que tínhamos no passado.

Relativamente aos pagamentos, o que é certo é que estão a haver atrasos nos pagamentos, Sr. Secretário, e se há empresas que têm capacidade financeira para encaixar esses atrasos dos pagamentos e não atrasar a quem devem, há outras que não têm. Algumas têm melhor boa vontade, há outras que têm pior boa vontade e isso reflecte-se nos pequenos comerciantes e agentes económicos, nomeadamente das ilhas do Faial e do Pico.

Para além de, no futuro, quando acabar a reconstrução em termos do tecido económico destas ilhas, não termos aquilo, como o Sr. Deputado Lizuarte Machado referiu, que todos nós estaríamos à espera, porque nesse aspecto vai ficar mais ou

menos igual ao que seria antes da reconstrução e não era essa a expectativa. Graças à filosofia que foi encontrada é isso que vai acontecer.

Também aqueles que mesmo assim conseguem fazer algum negócio neste processo, estão com dificuldades nos pagamentos que estão em atraso.

Relativamente ao crescimento da construção civil nos Açores, Sr. Secretário, isso é um dado inegável, tal como é um dado inegável que as taxas de juro estão tão baixas que nunca se recorreu tanto ao crédito para habitação.

Estou certo que aqui há 20 ou 30 anos se tivéssemos taxas de juro ao nível que elas estão hoje, certamente que a construção civil estaria com a pujança que hoje está.

Portanto, pelo que sei, não foi o Governo Regional ou o Sr. Secretário José Contente que fez com que as taxas à habitação baixassem. Poderá até ter sido e o Sr. Secretário terá uma capacidade muito maior do que aquela que nós imaginaremos. Se assim é, peço-lhe desculpa, mas penso que não. Foi uma tendência natural da descida das taxas de juro no crédito à habitação que fez com que houvesse uma explosão na construção civil e na aquisição e construção de casa própria.

Para terminar gostaria só de referir aquilo que, ao fim e ao cabo, é o mais importante em termos do que estamos a discutir aqui, ou seja, o processo de reconstrução em que já se começam a verificar sintomas daquilo que o próprio Sr. Secretário das Finanças, Dr. Roberto Amaral, vem referindo já a algum tempo.

Estamos em tempo de dificuldades económicas nos Açores. O tempo das “vacas gordas” nos Açores já passou.

Em 2000 e 2001 todos nós sabemos o que é que aconteceu aos orçamentos e aos planos desta Região.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

Todos nós também sabemos o que se passa junto da banca em que há cada vez mais recebimentos através do “factoring”, isto porque há problemas financeiros no orçamento regional. Todos nós sabemos isso e o Sr. Secretário Roberto Amaral, já o reconheceu.

Por tudo isto, não vale, não colhe e nós não aceitaremos que, com este processo que já está a decorrer de há dois anos para cá, os Srs. venham agora tentar dizer que o problema está no futuro. Não, o problema das dificuldades financeiras nos Açores está no passado recente deste Governo e não no futuro do Governo de Durão Barroso...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Vão pondo as “barbas de molho”.

O Orador: ... que esse, sim, tem compromissos claros com os Açores para que estes possam ter mais meios, para não chegarem à situação que estão hoje em dia.

Presidente: Sr. Deputado, eu tenho que começar a tomar cuidado, porque o Sr., pela segunda vez, ultrapassa largamente o seu tempo. Agradecia que terminasse por aí.

O Orador: Peço desculpa, Sr. Presidente. Só mais 30 segundos para concluir.

Fundamentalmente o que eu gostaria de dizer é que os problemas financeiros que a Região atravessa, já reconhecidos pelo Secretário das Finanças, vêm do passado. A solução pode estar no futuro.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de chamar a atenção sobre algumas questões que aqui são postas relativamente à saúde e à origem dos trabalhadores nesta ilha e na ilha do Pico.

Eu acho que é claro para todos nós que existem regras estabelecidas em diversas áreas para quando um emigrante chega a um determinado país.

A partir do momento que o cidadão está de pleno direito num país, ele tem os mesmos direitos de cidadania das outras pessoas.

Portanto, não tem que haver brigadas em busca de doenças infecto-contagiosas.

Gostaria de referir que quando estavam para chegar esses trabalhadores tive o cuidado de reunir com os serviços de saúde desta ilha, com o Centro de Saúde e com o Hospital e solicitei que ficasse em marcha todos os serviços para no caso de surgir indicadores sanitários e da necessidade de intervir especificamente numa dada área, isto deveria ser comunicado para se intervir.

Portanto, posso dizer que tem havido uma monitorização das pessoas que recorrem aos serviços e desta não ficou até hoje claro que houvesse essa necessidade, felizmente, e, como muito bem foi dito aqui na intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira, a expectativa era de que existiria alguma instabilidade social com a vinda deste grupo tão grande de trabalhadores, mas, felizmente, toda a gente diz que isto não sucedeu e que estão bem integrados.

Em face disto, não há razão, do ponto de vista da saúde pública ou da saúde geral, para qualquer intervenção mais aguda em qualquer uma das áreas relacionadas com os problemas de saúde pública.

Assim sendo, o que nós gostaríamos de voltar a chamar a atenção é que, por exemplo, esperava-se que houvessem mais gravidezes em raparigas solteiras, esperava-se que houvessem mais problemas relacionados com o social, com as famílias. A expectativa e os cuidados de serviços de saúde com esta área era importante. Felizmente isso não aconteceu.

Esperava-se que houvessem muitos mais problemas de etilismo agudo nas urgências e isso não aconteceu. Esperava-se que houvessem mais problemas nos fins de semana nas urgências relacionados com grupos de homens que estão sozinhos, que bebam e podem ter outro tipo de comportamentos. Felizmente isto não aconteceu e toda esta comunidade espera que isso não venha a acontecer, mas é certo que sempre que for necessário os serviços de saúde estarão atentos e actuarão de acordo com o que está estabelecido como norma, mas acima de tudo pelo respeito que temos que ter por todos os cidadãos, sejam eles de origem africana, brasileira ou do continente português.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para dar mais um esclarecimento à Câmara sobre duas coisas.

Em primeiro lugar, é inquestionável, e oxalá que aconteça no futuro, assim o esperamos, mas também estaremos cá para “bater o pé” se isso não acontecer, que todos os processos de calamidades foram efectivamente bem resolvidos também

com a ajuda dos governos da República da responsabilidade do Partido Socialista. No futuro vamos ver isso.

Por outro lado, gostaria de dizer que não é mérito de nenhum secretário a construção civil estar assim ou “assado”, agora o que nós sabemos, e isso são dados estatísticos, é que o mercado da construção civil gera nos Açores cerca de 70 milhões de contos por ano e 53% desse investimento é investimento público, incluindo também as autarquias. Isto significa que não é só por causa do crédito à habitação ter descido, e isso também é mérito de quem propiciou que essa conjuntura económica no País ou na Europa tivesse ocorrido, mas é óbvio que 53% do investimento que é gerado dos 70 milhões de contos e dos 10% do valor acrescentado bruto da economia regional é, efectivamente, da construção civil.

Portanto, há aqui um peso que não pode ser tirado a quem, de facto, tem feito este tipo de investimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Duas questões rápidas.

A primeira é que, e eu por vezes fico um pouco preocupado, dá-me a ideia que esta Câmara às vezes anda um pouco afastada do mercado real, das suas complexidades e da reduzida capacidade de intervenção que neste caso a Região tem, a não ser enquanto entidade pagadora, de intervir nesse mercado e vou dar-vos um pequeno exemplo: uma empresa regional, a quem um determinado empreiteiro duma dessas empresas de foram devia e deve umas dezenas de milhares de contos, entrou em contacto telefónico com essa empresa e com esse empreiteiro e diz-lhe: “Você deve-me e não paga, como é que é isto?” e ele responde-lhe: “Desculpe lá, mas não me chateie agora, porque estou a jogar golfe”. Isto é um pequeno exemplo para que se perceba como é que o mercado funciona.

Portanto, nem o Sr. Secretário, nem o Governo Regional, ninguém tem capacidade de intervir neste mercado obrigando o cumprimento de pagamentos entre privados, mas é evidente que o Governo e o Sr. Secretário terão, com certeza, a oportunidade, e já o terão feito algumas vezes, de chamar a atenção e têm de fazê-lo com muita força, utilizando todos os meios ao seu dispor que, apesar de tudo, não são muitos, mas são alguns, no sentido de que essas empresas cumpram as suas obrigação com o mercado regional.

A outra questão, e só em complemento do que disse a Sra. Secretária a propósito da intervenção do Sr. Deputado Bento Barcelos, é que o processo de registo na segurança social é um processo muito simples e nem sequer é da responsabilidade do trabalhador.

Quando qualquer empresa vai ao mercado do trabalho e recruta trabalhadores, entre outros documentos, um dos documentos que pede é o cartão da segurança social e se esse cartão não existe a empresa é obrigada, num prazo de 15 dias, a preencher o respectivo impresso e entregá-lo na segurança social. Essa é uma responsabilidade que empresa tem de fazer e se não o fizer a fiscalização tem de actuar e tem de fazê-lo de forma constante e severa, porque eu tenho a noção de que neste momento há trabalhadores a trabalhar já a algum tempo que não estão registados na segurança

social e eventualmente alguns nem sequer estarão a receber aquilo que é o normal neste momento no mercado de trabalho.

Portanto, tenho a sensação de que haverá algumas irregularidades e a esse nível a fiscalização tem que actuar e tem de o fazer com severidade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira para esclarecimentos.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sempre dentro deste diálogo construtivo e elevado, penso que é positivo e que a própria natureza do assunto que aqui estamos a tratar merece.

Relativamente à questão dos emigrantes e da presença de um contingente significativo de estrangeiros a trabalhar na reconstrução, gostaria de fazer aqui duas considerações para precisar algumas das coisas que aqui têm sido ditas.

Em primeiro lugar, quando se diz que estes trabalhadores são cidadãos de pleno direito, isso é verdade para aqueles que estão legais, aqueles que entraram no país, no mercado legal normal de trabalho. Ora, todos nós sabemos que, em função da lei de emigração, houve um contingente enorme de trabalhadores que não entraram neste país de uma forma legal, número que ainda não está contabilizado, e que neste momento ainda estão ao abrigo de contratos de trabalho temporário e, portanto, esta é uma situação que escapa ao mecanismo normal de entrega de documentos e por isso mesmo há documentos de natureza sanitária que em circunstâncias normais eles teriam de entregar, mas como eles não estão envolvidos nessas circunstâncias normais, mas com vistos de turismo e com uma autorização de permanência sem um contrato de trabalho a termo certo, não o fazem.

Portanto, há um número significativo de trabalhadores nestas circunstâncias e que os próprios serviços de urgência dos hospitais já se depararam com essas situações e como não há essa entrega de documentos esses trabalhadores são compelidos a pagar da sua algibeira os tratamentos, porque não estão inscritos devidamente na segurança social, porque as empresas empregadoras não o fizeram e não tendo feito o trabalhador fica entregue à sua sorte.

Isto é um problema de fiscalização, mas também é verdade que os meios de fiscalização são exactamente os mesmos que existiam antes deste processo se ter desencadeado e já por várias vezes, várias instituições, nomeadamente os responsáveis por esta área na Região, disseram da urgência de dotar os serviços da inspecção com meios suplementares. Isso não aconteceu e, portanto, nós andamos aqui um pouco à espera a ver se isto corre tudo bem sem tomar medidas excepcionais para uma situação que é também excepcional.

Em relação à questão da boa integração dos trabalhadores estrangeiros, é evidente que esta “boa” integração, porque uma boa integração não resulta apenas do facto deles não levantarem problemas sociais, mas sim de todo o conjunto das condições que se lhes podem oferecer. É nesse aspecto que eu entendo que tem havido uma falta claríssima de intervenção nesta área, porque não fosse os exemplos que eu aqui citei de organismos ligados à Igreja, nada estava sendo feito para integrar estes trabalhadores no sentido de lhes dar algum complemento de conforto que eles necessitam e, sobretudo, ensinar-lhes um pouco a língua dum país a que eles recorreram para trabalhar e para conseguir meios de sustento que no seu país de

origem não lhes foi dado e aí, de facto, os organismos oficiais não têm dado resposta a contento.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para referir apenas algumas notas.

Em primeiro lugar, quero dizer ao Sr. Deputado Costa Pereira que ouvi naturalmente com muita atenção a sua intervenção e gostaria de registar, sobretudo, a seriedade e a calma que colocou na abordagem de um tema que é, naturalmente, bastante melindroso.

Gostaria de felicitá-lo por ter resistido à tentação fácil de descambar para algumas áreas que muitas vezes são tão do agrado de alguns OCS para quem isto é ouro sobre azul, como sejam temas já tentados algumas vezes, mas, pelos vistos, sem grande sucesso, tais como sejam a prostituição infantil e o “baby-boom”. Felicito-o, repito, por essa sua opção de não ter entrado por aí.

Naturalmente que estes temas me preocupam e não é desde agora. Enquanto Presidente da Câmara Municipal da Horta tive oportunidade, em diversos locais, por diversas oportunidades, de referir as minhas preocupações, que eram preocupações da Câmara que eu representava e que, como sabem, tinha uma composição tripartidária na altura, que eram preocupações efectivas da Câmara e entendíamos que algo deveria que ser feito no sentido de ajudar, sobretudo, aqueles que tinham maior dificuldade com a língua.

Não querendo, não é essa a minha intenção, dizer que o Sr. Deputado Costa Pereira não foi justo para com todos, mas gostaria de acrescentar, até porque são meus vizinhos, à Igreja Católica, da qual faço parte, outras igrejas minoritárias do Faial que, e não sei nem me interessa aqui discutir quem começou primeiro, iniciaram um processo de apoio a estes emigrantes e tanto quanto é do meu conhecimento público e pessoal, algumas por aquilo que me relatam, outras por aquilo que vejo, - para que saibam eu moro no nº 5 e no 5-A está sedeadada uma igreja minoritária do Faial – desenvolvem, efectivamente, uma actividade ao longo de todo o ano.

Aliás, conheço muito bem a actividade que desenvolveram, esta e outras igrejas, já por ocasião do sismo, albergando inclusivamente nas suas instalações sinistrados e disponibilizando-lhes, não só colchões e cobertores, mas também café quente nas primeiras noites, que não foram nada agradáveis para esses cidadãos.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Vou fazer um esforço, Sr. Presidente, mas peço que o Sr. Presidente seja tão generoso para comigo como foi, por exemplo, para com o Sr. Deputado Duarte Freitas, e não vou invocar o “segundo” do Sr. Deputado Paulo Portas. Não irei tão longe.

Gostaria de dizer que, relativamente ao que se passou no Pico, Sr. Deputado Duarte Freitas, o que eu penso que o Sr. Presidente da Associação Comercial e Industrial da ilha do Pico nos disse, foi que ficavam na ilha do Pico entre 10 a 15%. Mais tarde certo órgão de comunicação social disse 20. Eu quero crer que quem falou verdade, e é o que está no nosso relatório, foi o Sr. Presidente da Associação Comercial e Industrial, mas como já estou habituado a que alguns OCS digam aquilo que eu não

disse, também fizeram, provavelmente, também o mesmo com o Sr. Presidente, porque quando eu disse a certo OCS que só se lembravam de mim quando precisavam de “sangue para encher morcelas” e escreveram que eu só servia para “encher chouriços”, estamos conversados.

(Risos da Câmara)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, pela sua capacidade de síntese.

Dou agora a palavra, para esclarecimentos, ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É para prestar aqui alguns esclarecimentos sobre a intervenção feita pelo Sr. Deputado Costa Pereira.

Uma das questões que foi aqui levantada tem a ver com a fiscalização.

A Inspeção Regional do Trabalho tem feito acções concertadas de fiscalização no Faial e no Pico. Já duas acções gerais foram feitas, em que percorreu todos os estaleiros de obra em ambas as ilhas, recorrendo não só aos inspectores sedeados aqui na cidade da Horta, mas também a outros inspectores que para esse efeito vieram especificamente aqui e essas acções, para além da Inspeção Regional do Trabalho, envolveram a segurança social e outros serviços inspectivos e que percorreram todos os estaleiros e detectaram muitos casos que foram regularizados. Essas acções são feitas periodicamente e voltarão a ser feitas.

A questão que levantou que tem a ver com a não inscrição na segurança social de trabalhadores, está a ser devidamente acautelada e continuará a sê-lo.

No que diz respeito às questões da integração e particularmente ao ensino da língua, foi criado um programa específico para o ensino do português a cidadãos estrangeiros, como segunda língua, programa esse que está disponível para as diversas instituições que o queiram fazer e as instituições que o têm feito têm contado com o apoio das Secretarias Regionais da Educação e dos Assuntos Sociais. Esta é uma matéria que tem recebido da parte do Governo todo o apoio e toda a consideração e alguns dos casos que aqui falou, quer aqueles que dizem respeito à Igreja Católica, quer a outros, foram efectivamente acções que foram apoiadas também pelo Governo Regional.

Portanto, esta não é uma matéria que esteja esquecida, mas é uma matéria que, da parte do Governo, tem merecido a devida atenção.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira para mais esclarecimentos.

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, quero agradecer as informações complementares do Sr. Deputado Renato Leal relativas aos seus vizinhos e registo que estamos a falar do mesmo, estamos a falar de mais um organismo particular que dá um contributo importante nesta tarefa.

Quanto à questão da fiscalização da Inspeção do Trabalho e da Segurança Social, ainda bem que ela se está a fazer e quanto mais se fizer melhor, porque isso só trará,

como é natural, benefícios aos processos e à situação dos trabalhadores emigrantes nesta ilha.

Quanto à questão do programa que o Sr. Secretário acaba de referir para o ensino da língua, gostaria que me dissesse concretamente quais são os apoios que no âmbito desse programa já foram concedidos, porque a informação que eu tenho é que os professores para leccionar neste programa, têm obrigatoriamente que pertencer aos quadros das escolas e, portanto, eu não conheço quais foram os apoios concedidos no âmbito deste programa e gostaria que me esclarecesse.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto não é assim. O programa é um programa no âmbito da educação extra escolar e está disponível para instituições particulares de solidariedade social e outras da área cultural que queiram realizar este programa e os apoios são dados a essas instituições e é um pagamento feito por hora ensinada. Não precisam ser professores de qualquer escola. Isso não é feito em regime de acumulação e isso está publicado no Jornal Oficial, o Sr. Deputado poderá ler, e é feito no regime da educação extra escolar. É um pagamento que é feito à hora, até 250 horas de ensino. O Regulamento respectivo, se me der um bocadinho, eu posso citá-lo e pedir que lho enviem.

Muito obrigado.

Presidente: Parece estar concluído o debate sobre esta matéria. Não há mais inscrições.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Valadão.

Deputado Paulo Valadão (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Hoje, e cada vez mais, as questões correlacionadas com a preservação do Ambiente preocupam muitos cidadãos; mesmo em sociedades, como a nossa, em que durante muito tempo essas matérias não faziam parte da discussão comum, hoje esses assuntos são o nosso dia a dia, quer em função do que ainda não se fez ou do que foi feito tardiamente, quer das consequências negativas para o nosso meio ambiente de muitas acções levadas a cabo sem ter em atenção a fragilidade de territórios como os nossos, de pequena dimensão e formados por Ilhas, algumas delas muito pequenas.

Na Ilha das Flores são várias as preocupações relacionadas com o ambiente, mas pretendemos analisar algumas questões que têm a ver com os lixos.

Continuam a existir na Ilha duas lixeiras Municipais, uma de cada Câmara, mas lamentavelmente é possível encontrar disseminados por diversos locais, pequenos depósitos de lixos, sem qualquer critério ou controlo de deposição. Também, nas bermas das vias regionais e florestais, cada vez mais se pode ver lixos diversos, tais como garrafas, latas, sacos de plástico, invólucros, etc.

Cada vez se torna mais urgente resolver na Ilha o problema dos diversos lixos através de solução aceite naturalmente pelas diversas entidades públicas e privadas e pelas populações.

De há vários anos a esta parte que foram feitos estudos preliminares no sentido de ser executado um projecto para o aterro sanitário das Flores, mas todos esses estudos, até ao presente, esbarraram com dificuldades diversas. Uma das causas essenciais das dificuldades encontradas têm a ver com a proposta da localização ser na proximidade de zonas habitadas. Primeiro foi sugerida uma localização próxima da freguesia da Lomba; depois no lugar da Quada, da Caveira, também próximo desta freguesia. Finalmente pretendeu-se localizá-lo no lugar dos Bredos, entre as freguesias do Mosteiro e da Fajãzinha, processo que decorreu de 1998 a 2001, que foi altamente contestado pelas populações dessas freguesias e que culminou com uma petição apresentada a esta Assembleia Legislativa Regional, que mereceu um estudo aprofundado por parte da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, que foi analisado em Plenário.

O Governo Regional não pode deixar de ter em conta que a Comissão emitiu um parecer no qual se concorda com as reservas manifestadas pelas populações em relação à localização do aterro no lugar dos Bredos. Se assim não for terão sido inúteis o exercício do direito de petição efectuado e o trabalho desta Assembleia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Constou-nos que recentemente o Senhor Secretário Regional do Ambiente e alguns dos seus colaboradores, terão reunido com os Senhores Presidentes das Câmaras Municipais das Flores no sentido de analisarem os problemas decorrentes da futura localização do aterro sanitário da Ilha, assim como efectuar os competentes estudos que se destinam á elaboração do necessário projecto. O que nos parece muito estranho é que esses estudos sejam feitos em relação a duas das localizações contestadas na Ilha das Flores – o sítio dos Bredos contestado pelas populações das freguesias do Mosteiro e da Fajãzinha e o sítio da Quada da Caveira contestado pela população da freguesia da Caveira.

Queremos desde já manifestar a nossa activa solidariedade com as populações destas freguesias, desejando que nesta matéria impere o bom senso.

Não compreendemos por que não se estudam outras localizações, fundamentalmente optando por zonas mais afastadas das populações e de preferência que não sejam propriedade privada dessas mesmas populações, antes optando por zonas que sejam do domínio da Região ou das Autarquias.

Na Ilha das Flores alguns responsáveis têm sugerido a possibilidade do Aterro Sanitário ser localizado na zona dos Frades, concelho das Lajes das Flores. Não compreendemos por que razão não é estudada essa localização, até porque seria construído em propriedade da Câmara Municipal das Lajes.

Na Ilha das Flores muitas pessoas apontam como possível localização uma zona no Noroeste da Ilha, longe das freguesias de Ponta Delgada e da Fajã Grande, portanto em zona afastada das populações e em terrenos propriedade da Câmara Municipal de Santa Cruz ou da Região. Também não é compreensível por que não é estudada essa localização.

Para além do aterro sanitário para lixos domésticos será fundamental que nas Flores se faça a recolha e armazenagem de todos os lixos – sucata, óleos, papel, plásticos, garrafas, latas, etc; também julgamos que em anexo ao aterro sanitário deverá existir local para depósito de entulhos. Só existindo um Centro para recolha e armazenagem de tudo o que são lixos e entulhos deixaremos de ter pequenos depósitos disseminados por toda a Ilha.

Está na altura certa de se equacionar este problema relativamente à Ilha das Flores.

É fundamental que se trabalhe sem preconceitos e sem ideias pré-definidas.

Há que privilegiar o diálogo.

É essencial que os técnicos e os responsáveis saiam dos gabinetes e que se trabalhe no campo.

Que se decida com acerto e bom senso é o que desejamos, de modo a que todos dêem o seu contributo no sentido da preservação do nosso Ambiente.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão, penso que é devido algumas palavras da minha parte e algumas observações.

Quero, desde logo, aqui nesta Assembleia mostrar o meu regozijo por aquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão e a preocupação que aqui expressou relativamente à resolução deste problema que, conforme aqui referiu, se vem arrastando há longos e, diria mesmo, demasiados anos.

Existe um conjunto de alternativas, e é importante referi-lo, não na ausência de suporte técnico e científico, porque esse existe, mas alternativas, a exemplo daquilo que foi a atitude que o Governo teve, que nos cabe procurar desbloquear uma situação conjuntamente com as câmaras municipais que, ao contrário de obviar ou resolver qualquer problema ambiental, está a causar um grave problema ambiental na ilha das Flores e eu penso que é importante resolvê-lo, mas resolvê-lo através da conjugação de esforços de todas as entidades que têm alguma responsabilidade nesta matéria.

O Governo Regional tem a sua, mas não retira, naturalmente, a responsabilidade maior aos municípios, neste caso Santa Cruz e Lajes, que são as entidades responsáveis pela resolução deste problema aos olhos da legislação em vigor, mas cabe-nos incentivar, procurar encontrar, conjuntamente com as câmaras municipais, soluções que resolvam este problema, tendo em conta um conjunto de variáveis que não podem ser esquecidas, com prejuízo, se o não fizermos, de podermos provocar outro tipo de problemas a montante do próprio sistema.

O Sr. Deputado falou aqui na possibilidade de se fazer o aterro no noroeste da ilha. Foi uma das possibilidades que aqui foram referidas. É uma possibilidade e penso até que no estudo, no âmbito das 16 alternativas que são postas pelo estudo existente, esta localidade é posta, mas não como uma das melhores possibilidades e não é, por várias razões, desde logo pela ausência de centralidade.

Penso que não é razoável nós pensarmos em instalar um aterro para onde naturalmente têm que ser transportados os resíduos e um aterro que muitas vezes para onde têm que ser também depositados os inertes que servirão de cobertura a esses mesmos resíduos, não será razoável nós pensarmos em deslocar o aterro fora daquilo que é um ponto de alguma centralidade na ilha.

Foi isto precisamente que eu tive oportunidade de, aliás, tornado público, de conversar com os responsáveis pela Câmara Municipal. Não tive absolutamente nenhuma intenção de me substituir àquilo que são as responsabilidades municipais e, portanto, as alternativas que estão aqui em jogo são as que aos municípios, e muito bem, cabe estudar.

Aquilo que ficou conversado entre mim e os Srs. Presidentes de Câmara, e, aliás, noticiado devidamente, foi que os Srs. Presidentes de Câmara vão solicitar um estudo técnico que considere duas alternativas e não fui eu que as ofereci aos Srs. Presidentes, mas eles que, de sua justiça, mas ofereceram a mim. São estas duas alternativas que estão em jogo, Bredos por um lado e Quada por outro, porquê? No caso da Quada, porque no âmbito do estudo que foi apresentado, que existe e que está disponível neste momento, a Quada surge, exactamente, no âmbito desse estudo técnico, para que não haja dúvidas, e porque foi uma das questões que foi aqui levantada pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho e que tinha a ver com a sustentação técnica e científica para a escolha do local do Bredos, a Quada é o local que sustentadamente surge em primeiro lugar.

Agora, para resolvermos um problema às populações não vale a pena nós andarmos aqui a fugir do próprio problema. Para nós contribuímos para a resolução do problema, temos que, conjuntamente com os responsáveis autárquicos, saber encontrar soluções.

Penso que isso nos cabe a nós, Governo, e caberá também, naturalmente, aos Srs. Deputados e nomeadamente ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas mais dois ou três aspectos a acrescentar àquilo que já foi dito e nomeadamente para deixar também expressa a posição do Partido Socialista e desta bancada, sobre esta matéria.

O Sr. Deputado Paulo Valadão traz aqui um assunto ao debate que, aliás, em 22 de Março de 2000, se não me falha a memória, já aqui tinha trazido, era então nóbél Secretário da tutela o Dr. Ricardo Rodrigues e nessa altura lançou e exortou o nóbél Secretário a fazer alguma coisa, para resolver a problemática dos resíduos sólidos nas Flores.

Na sequência desse desafio, desse repto lançado e aceite pelo Secretário de então, ele deslocou-se às Flores onde reuniu com o Conselho de Ilha em que nós os dois estivemos presentes nessa reunião e, portanto, toda essa história não valerá a pena repeti-la aqui.

O que é facto é que, na sequência do seu repto e das diligências do Secretário Regional de então, as autarquias aprovaram, quer em termos de câmaras, quer em termos de assembleias municipais, uma determinada localização, que deu resultado a

contestação, a uma petição e em resultado da qual a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho considerou que não tinham sido apresentadas suficientes razões e uma suficiente fundamentação para justificar a escolha, do ponto de vista técnico, não só no aspecto de condições de construção, mas fundamentalmente em termos de assegurar uma gestão que tivesse custos comportáveis, e temos que ver que a gestão do aterro tem a ver com os transporte de resíduos, mas também com a colocação da terra, da cobertura e de tudo isso.

Entretanto, e apesar desse relatório da Comissão, em função da petição, as autarquias, nomeadamente a das Lajes onde fica situado o aterro reiterou a sua deliberação e a própria assembleia municipal voltou a reconfirmar aquela localização.

Eu reforço esta questão apenas por um motivo: é que a competência legal, e temos que saber que existem competências do Governo da República, do Governo Regional e das autarquias, para definir a localização, compete às duas Câmaras Municipais das Flores, dado que se trata de um aterro inter-municipal.

Quanto ao problema da vontade das populações – os ingleses têm a tal sigla que traduzida quer dizer que “toda gente os produz, mas ninguém os quer no seu quintal” – nunca será possível encontrar uma localização, a não ser que fosse fora da ilha, que não cause problemas, até pela ideia que se criou de que um aterro é uma lixeira mais moderna.

Enquanto também não se desmistificar esta questão, certamente que será muito difícil que as populações aceitem qualquer localização e haverá sempre uma população que ficará mais próximo um metro ou um quilómetro do local do aterro do que uma outra qualquer população e, portanto, por aí não vamos nunca conseguir resolver a situação.

É preciso dialogar, é preciso ter em atenção aquilo que as populações pensam, mas achamos que é fundamental e mesmo necessário que o local do aterro tenha em consideração e seja suportado por estudos técnicos que garantam...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente.

... não só uma construção eficaz, mas fundamentalmente uma gestão racional em termos de custos.

Concluindo, posso dizer que houve uma nova exortação, e aí certamente o Sr. Deputado está de acordo que o Governo deve exortar as câmaras a resolverem este problema, um novo impulso depois das últimas eleições por parte do ambiente para que as câmaras resolvessem este problema, fundamentalmente localizando o local. Isto também se prende com a questão Plano Director Municipal e que a equipa do PDM irá estudar este assunto e tentar decidir qual é a solução tecnicamente suportada.

É a informação que nós temos daquilo que está a decorrer neste momento.

De qualquer forma devemos ser todos parte da solução, porque do problema já temos que bastar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão. Dispõe de três minutos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa põe um problema que estamos todos de acordo, é que os estudos técnicos têm que ser feitos e isso é fundamental. Eu tenho que congratular-me pelo facto da Secretaria Regional estar disposta a fazer estudos técnicos, o problema que eu ponho em causa é que os estudos técnicos agora propostos pelas autarquias são exactamente duas localizações contra as quais sabemos que há populações que estão contra e este, para mim, é o grande problema, porque como eu disse na minha intervenção: ou ganhamos a confiança da população para este problema e deixamos de ver as garrafas nas bermas das estradas e deixamos de ver as caixas e os sacos de plástico por tudo o quanto é sítio, ou então vamos ter o aterro sanitário contra a vontade das populações e não vamos ter o problema resolvido. É por isso que eu digo que é importante que o estudo técnico seja aprofundado, mas também é importante que o estudo técnico procure também aprofundar outras alternativas.

O Sr. Secretário Regional diz que, em relação à zona noroeste da ilha, há um problema, segundo compreendi, de distâncias. Sr. Secretário, a parte noroeste da ilha hoje, com a nova estrada que os Serviços Florestais tem praticamente terminada completando o anel da volta da ilha, fica a uns 30 ou 35 km da Vila de Santa Cruz e a uns 40 ou 45 km da Vila das Lajes. Uma distância destas é irrisória, se apenas olharmos à distância.

Por outro lado, o problema de procurarmos e insistirmos em implantar um aterro sanitário junto de populações, dificilmente vamos convencê-las de que aquilo não será uma lixeira em termos modernos e, portanto, é uma situação muito complicada. Aliás, as pessoas da freguesia do Mosteiro dizem, com toda a clareza, que estão fartas de lixo, porque têm lixo há 30 anos ao pé da sua porta e quando agora lhes falam no aterro sanitário novamente à sua porta, é natural e é humano que as preocupe.

Por tudo isto, acho que esta é uma situação que tem que ser dialogada, aprofundada onde hajam várias alternativas e não podemos resumir o estudo, porque nas Flores, em relação a esta matéria, só se fizeram ainda os estudos preliminares e estes estudos, em nosso entender, não se podem resumir apenas a duas possíveis localizações. Achamos que deveria ser um estudo muito maior e fundamentalmente estudar o local que nunca foi nem está sendo estudado, que é a zona noroeste da ilha. Se o Sr. Secretário tem algum estudo preliminar ou algum esboço em relação à zona noroeste da ilha eu desejaria conhecer, mas pelo conhecimento que eu tenho desta matéria, por aquilo que tenho feito e que procuro estar actualizado, penso que a zona noroeste da ilha nunca foi estudada até ao momento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas mais duas ou três notas muito breves relativamente a este questão.

Sr. Deputado Paulo Valadão, nós andamos sempre um pouco à volta duma condicionante que se é importante, e é-o com certeza, também temos que entender que com o aterro sanitário quem vai ganhar, enquanto ser abstracto, é o ambiente, mas quem ganha palpavelmente são as populações, porque a qualidade de vida dos florentinos vai melhorar substancialmente, cremos nós, com a construção do aterro sanitário. Se assim não fosse, não haveria nenhuma razão para que ele se construísse,

porque construir um aterro sanitário contribui para a melhoria da qualidade de vida de todas as populações, as mais próximas e as mais afastadas.

Portanto, que fique claro que a construção de um aterro sanitário não é algo de tenebroso que vá, digamos, causar problemas às populações e à saúde pública, etc..

Feito este reparo de que se trata de uma melhoria de qualidade de vida para as populações, há também a questão da contestação das pessoas relativamente à localização,

Sr. Deputado Paulo Valadão, eu não ponho em causa que as Câmaras, além desses dois locais que foram referidos e que têm razão de ser para serem referidos, eventualmente abram o leque e que a equipa que está a preparar o plano director inter-municipal possa e deva estudar e nós, que temos assento no Conselho de ilha, que temos assento nas Assembleias Municipais, poderemos dar o nosso contributo aí, porque acho que é o local próprio para isso.

Há aqui também uma questão que não podemos esquecer e que não poderemos temporizar, Sr. Deputado Paulo Valadão, porque há sempre um momento em temos de tomar decisões e vai ter que ser tomada uma decisão que, embora tenha um suporte técnico, é fundamentalmente política.

O local dos Bredos/Caldeira do Mosteiro, no estudo de 96, estava indicado em 13º lugar, mas o local da Quada, na Caveira, - e apenas estou a situar-me naquilo que existe - era o local indicado em 1º lugar e quando se falou que o aterro seria construído num destes locais motivou movimentações e abaixo-assinados na altura, - e o PS ainda não era Governo nessa altura - mas se fosse no Morro Alto, nos Cedros, no Monte das Cruzes, na Caldeira da Fazenda, junto à Caldeira da Lomba e todos os outros que foram estudados, num total de 16, foram indicados pelas autarquias e que foram estudados na altura, estou convencido que iria também motivar contestações.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Portanto, a contestação das populações deve ser tida em conta, mas o que as populações devem fundamentalmente ter, em nosso entender, é uma explicação cabal da fundamentação do que leva a decidir implantar o aterro sanitário num determinado local.

Presidente: Tem a palavra, para mais esclarecimentos, o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu fiquei um pouco em dúvida sobre se o Sr. Deputado Paulo Valadão é, de facto, contra uma localização do aterro entre os dois núcleos urbanos principais da Ilha das Flores e refiro-me concretamente a Santa Cruz e às Lajes. Este aspecto é importante, porque é nesta área que é garantido aquilo que é um aspecto também fundamental, se queremos assegurar uma boa e conveniente gestão do aterro no futuro, que é o aspecto da centralidade do aterro, sendo que à partida está garantido um outro aspecto que também é importante que é o de reduzir o risco de contaminação ao nível dos recursos hídricos, uma vez que, por se encontrar na periferia da ilha, esse risco é praticamente nulo e este aspecto é fundamental.

Nós temos sempre que localizar o aterro na periferia da ilha. Não podemos fazê-lo no interior da mesma, porque aí vamos ter sempre problemas de contaminação dos recursos hídricos.

Na periferia da ilha das Flores, em particular, como é sabido, não existem muitas áreas no redor da ilha, por se tratar duma ilha que tem uma topografia acidentada, que proporcionem a instalação de um aterro.

Portanto, ao contrário daquilo que possa ser o entendimento de alguns, não existem muitas alternativas razoáveis para a localização dum aterro sanitário nas Flores.

Eu penso que é importante sabermos todos, e quero referi-lo aqui, e temos que ter todos a consciência disso, que a responsabilidade da escolha é uma responsabilidade municipal. Na minha opinião nós temos a obrigação de estar ao lado dos municípios, temos a obrigação de colaborar com eles, temos a obrigação de lhes dar a mão, de os orientar de alguma forma, mas não nos podemos fazer substituir, até porque se o fizermos corremos o risco de, no futuro, termos um aterro que não funciona ou que funciona mal, que é mal gerido e depois o que os responsáveis municipais vão dizer é o mesmo que eu diria no lugar deles: se não me tivessem obrigado a vir com o aterro para 30, 40 ou 50 km daquilo que é o núcleo urbano, aquilo que é o núcleo produtor de resíduos, eu estaria a gerir o aterro convenientemente, mas como é que eu o posso fazer se tenho que transportar os resíduos todos os dias 40 ou 50 km de cada uma das vilas.

Portanto, este aspecto é fundamental, o que não significa que o Governo e, naturalmente, também esta Assembleia se deva demitir daquilo que é, no mínimo, a sua capacidade de orientar, de conversar com os municípios.

Mas, há um registo que eu faço, e faço-o com agrado daquilo que foi esta nossa conversa, é que, ao contrário daquilo que se passou durante alguns meses, que nós conversámos na Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho em que se disse sempre não a uma localização, finalmente houve uma coisa que saiu desta Casa que para mim é muito significativa, e por isso felicito o Sr. Deputado, que teve a coragem de vir para a frente com o noroeste da ilha como uma solução alternativa, que deve ser considerada.

Eu não quero rejeitar essa alternativa. Eu gosto muito de estudos, devo dizê-lo, aliás, é facilmente perceptível, até por aquilo que é a minha formação e por aquilo que é a minha própria profissão de investigador, mas gostando de estudos não gosto de me enrolar neles.

Presidente: Sr. Secretário Regional, faço um apelo à sua capacidade de síntese.

O Orador: Portanto, nós temos um fundamento técnico-científico, temos um estudo que foi feito e vamos procurar mais alguns estudos mais afinados. As Câmaras vão solicitar esses estudos e o Governo Regional vai apoiar o financiamento dos mesmos, mas queremos muito rapidamente encontrar uma solução, porque aquilo que está a acontecer e tem acontecido com grande projecção fora das nossas fronteiras é uma imagem de degradação daquilo que é uma paisagem riquíssima, que é a paisagem e o valor ambiental que possuímos na ilha das Flores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário

Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Neste momento a ideia que eu tenho é que ainda não estamos na fase de definição da localização do aterro, estamos numa fase de estudo prévio e se estamos numa fase de estudo prévio, aquilo que eu penso é que se deveria, de facto, abrir o leque ao estudo das várias possibilidades.

Por outro lado, numa terra tão pequena como é a ilha das Flores é errado pretender, a meu ver, localizar o aterro entre as Lajes e Santa Cruz pelo facto de ficar perto, quando esse perto pode ser 20 km e o tal longe pode ser 40 km.

Portanto, há que ver isto em termos de procurar ir de encontro àquilo que é também a aspiração das populações, porque um dos aspectos fundamentais, neste momento, em relação à ilha das Flores, para ser aceite é preciso que as populações também aceitem a localização e ela vá de encontro ao desejo das populações, no sentido delas contribuírem para acabarmos, de uma vez por todas, com a situação degradante, infelizmente, existente na ilha das Flores. Foi por isso que eu avancei com o noroeste da ilha e foi por isso que eu avancei também com uma zona, que alguns responsáveis falam, no Concelho das Lajes.

Penso que isto é fundamental, porque ou vamos fazer estudos, procurando ser abrangentes e as populações ficam conscientes de que se está também a pensar nas duas posições anteriores ou estamos apenas a dizer, e foi aquilo que é do conhecimento de todos e tem saído na comunicação social, é que se vai agora fazer um estudo mais profundo de apenas duas localizações, já contestadas pelas populações. Isto, a meu ver, é um mau princípio e pode provocar reacções que não são benéficas àquilo que eu pretendo, que o Sr. Deputado Manuel Herberto e o Sr. Secretário pretendem, que é resolver de uma vez por todas o problema dos resíduos de todos os lixos da ilha das Flores.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu concordo, na generalidade, com aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado. Naturalmente nós temos a obrigação de procurar, em todas as matérias, em todas as decisões que tomamos, e também isto é verdade para os responsáveis autárquicos, o consenso das populações, sendo certo que em todas as decisões normalmente esbarramos com um grupo de pessoas, maior ou menor, que normalmente não é do agrado da decisão que é tomada.

O que é um facto é que há que tomar uma decisão neste caso e, portanto, temos que resolver esta situação e temos que resolvê-la todos e esta Casa tem, naturalmente, que participar na resolução desse problema e temos que o fazer quando for preciso, mas não contra as populações, sempre procurando este consenso, mas também sempre com a coragem suficiente para, quando esbarramos com posições contra de meia dúzia de pessoas, reconhecê-lo, conversar com as pessoas, procurar alterar e fazê-las perceber aquilo que é a necessidade, neste caso, da construção desta infraestrutura, mas não podemos é ficar, como tem acontecido ao longo de demasiado anos, de braço cruzados.

Foi isto que este Secretário Regional, que este Governo procurou fazer quando por sua iniciativa, na sequência daquilo que foram longas conversações ocorridas, algumas nesta Casa, decidiu convidar os Srs. Presidentes de Câmara que, de forma

muito amável e também com aquilo que me pareceu uma grande disponibilidade para resolverem os problema, conversaram comigo.

Portanto, aquilo com que eu conto é para que façam esse esforço, participem neste esforço de consensualização junto das próprias autarquias e junto das próprias populações, para que possamos todos chegar a uma solução, que seja uma solução viável e interessante.

Aquilo que eu digo mais uma vez, relativamente à alternativa que aqui foi posta pelo Sr. Deputado, é que não pretendemos fazer novamente um estudo exaustivo de um conjunto vastíssimo de soluções. Tínhamos 16 e, pelos vistos, as 16 não servem, porque se servissem já tínhamos uma decisão ao fim de 6 anos.

O que interessa neste momento, é concentrarmo-nos em dois ou três pontos. Aquilo que da minha parte farei é, junto dos presidentes de câmara, com quem falei, procurar que acomodem, pelo menos, mais uma solução alternativa, neste caso uma eventual localização no noroeste da Ilha e mais alguma que possa sair deste nossa conversa, desta nossa discussão na Assembleia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para esclarecimentos e dispõe de três minutos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Ainda bem que o Governo Regional em relação a esta matéria ainda ficou parado. Já me congratulei por esse facto e ainda bem. Agora, apenas queria fazer um reparo: Estou de acordo que se tomem decisões quando é necessário e que essas decisões custem o que custar, agora se é possível tomar uma decisão em que as populações aceitem, vamos pela decisão que todos aceitem e aquilo que eu queria, para da minha parte encerrar este debate, era que se fosse possível, efectivamente, encontrar essa decisão, aceite pelas autarquias, pelas entidades privadas, pelas populações, pois que se encontre, porque, pacificamente, penso que o êxito desta missão, que é de todos nós, será muito melhor para as populações, para a comunidade e para a própria Região.

Presidente: Creio que está concluído o debate à volta desta matéria.

São 17 horas e 20, vamos fazer aqui o nosso intervalo habitual.

(Eram 17 horas e 20 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, Agradeço que ocupem os vossos lugares para podermos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 20 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

Deputado Natividade Luz (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O assunto que hoje trago a este Parlamento – Luta Contra as Toxicodependências - não é de fácil abordagem, mas é de interesse relevante para a Região.

No mundo em que vivemos existem problemas de ordem vária numa escala cada vez mais global: a fome; a guerra; a especulação financeira; as crescentes tentativas de implementação de regimes neoliberais com nuances de xenofobia; a crise ambiental; o consumismo irracional, fomentado pelo objectivo do lucro a todo o custo e por uma publicidade sem escrúpulos que todos usa, incluindo as próprias crianças desde que nascem; o banditismo organizado; o terrorismo; etc.

Assim, deve-se enquadrar todas as problemáticas locais neste quadro global, procurando soluções específicas, mas não esquecendo que a efectiva resolução de problemas globais, que ultrapassam grandemente o âmbito local, passa por soluções, também, globalizantes, e que na sua maioria exigem um novo equilíbrio entre a esfera do político e do económico, submetendo ao escrutínio democrático os grandes focos multinacionais de poder financeiro e económico, nos quais está incluído o tráfico das drogas.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1998, e a União Europeia na estratégia anti-droga (2000-2004), recomendaram “a prevenção das drogas e a redução das consequências adversas do seu abuso”.

É neste contexto mundial e europeu, que se deve abordar, localmente, a problemática da Luta Contra as Dependências.

É do conhecimento de todos nós que as dependências, com particular relevo para o alcoolismo e para o consumo de drogas ilegais, está na raiz de parte importante das situações de pobreza e de exclusão social existentes nos Açores. Por estas razões, fomentar a prevenção e o combate às dependências e promover estilos de vida saudáveis foi um compromisso eleitoral do PS/Açores, plasmado no Programa do VIII Governo Regional.

Comprometeu-se o Governo em implementar uma política integrada de prevenção e combate às dependências através de estratégias que passam pela promoção de estilos de vida saudáveis, pela criação de contratos-programa com as IPSS e outras instituições que estejam vocacionadas para desenvolver trabalho nessas áreas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No Plano de Médio Prazo 2001-2004, está contemplada uma acção/programa com a respectiva verba, que se destina a implementar medidas no âmbito da Luta Contra as Dependências.

À Secretaria Regional dos Assuntos Sociais foi atribuída a competência funcional da Luta Contra as Dependências.

Com estes dois mecanismos e com o, já criado, Núcleo de Coordenação do Programa Regional de Luta Contra as Dependências, tem sido possível desenvolver trabalho no âmbito daquela competência funcional.

Os principais vectores orientadores da acção têm sido:

- A) Acesso ao Tratamento;
- B) Prevenção Primária;
- C) Redução de Riscos e Minimização de Danos;
- D) Reinserção Social;
- E) Descriminalização do Consumo;
- F) Formação e Actualização Profissional;

Relativamente ao Acesso ao Tratamento dos toxicod dependentes de drogas lícitas e/ou ilícitas, têm-se verificado melhorias significativas.

Têm sido implementadas algumas medidas, das quais se destacam:

- Reforço da operacionalidade da Clínica São João de Deus, em funcionamento em S. Miguel, e das Casas de Saúde Psiquiátricas da Terceira, São Rafael e Espírito Santo, com individualização de camas para o internamento desses doentes;
 - Alargamento dos cuidados ambulatoriais efectuados nos Serviços de Psiquiatria dos hospitais da Região;
 - Melhoria da articulação entre os Centros de Saúde e Serviços Especializados de Psiquiatria e Toxicod dependência;
 - Adopção de um Programa de Redução de Danos – Metadona, destinado a toxicod dependentes com características especiais, que precisam de um substituto para deixarem de auto-administrar drogas intravenosas, com o objectivo de os ajudar a melhorar os seus hábitos de vida para que diminuam os factores de risco;
- Passemos, agora, à vertente da Prevenção Primária, fundamental num processo que tem de passar por uma informação às crianças e os jovens, acerca das consequências perniciosas do consumo de drogas, ao mesmo tempo que se lhes procura dar pistas para atitudes saudáveis e de fruição da vida, como alternativa.

A saber:

- As Campanhas de Verão 2001 “Contra o Uso e Abuso do Álcool” e “Prevenção da Sida”, procurando chamar a atenção da população jovem residente nos Açores e responsáveis mais directos pela sua educação, para as consequências nefastas daqueles comportamentos de risco;
- Lançamento da Campanha de “Prevenção e Luta Contra a Droga” realizada no início do presente ano lectivo, para promover a informação junto dos jovens em idade escolar;
- Implementação do Projecto de “Prevenção e Sensibilização para a Problemática do Álcool” nas escolas do 1º ciclo do ensino básico:
Este Projecto foi, já, executado, pela Casa de Saúde de S.Miguel, nas escolas desta ilha. Desde 04 de Março está a ser executado nas escolas do 1º ciclo das ilhas do Grupo Central e Ocidental, pelos técnicos da Casa de Saúde de São Rafael e abrange um total de 8.000 crianças.

A coordenação, avaliação e financiamento (20.000 euros), são da responsabilidade da SRAS.

Ainda nesta vertente, e no âmbito do “**Plano Regional Integrado de Prevenção Primária**” há vários projectos candidatos ao apoio do Instituto Português da Droga e Toxicod dependência (IPDT), os quais têm por objectivo promover estilos de vida saudáveis em diferentes sectores sociais, nomeadamente, no meio familiar, escolar, espaços recreativos de lazer e desportivos. Numa primeira fase esses projectos irão ser implementados nas ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial, pretendendo-se alargá-los, progressivamente, às restantes ilhas.

Para que se possa conhecer, com mais objectividade, a dimensão dos fenómenos de consumo lícito e ilícito de substâncias psicoactivas, junto dos jovens que frequentam a escola, foi aplicado às escolas da Região com 2º/ 3º ciclos e ensino secundário, o Inquérito Nacional Droga – Meio Escolar, coordenado pelo Instituto Português da Droga e da Toxicod dependência (IPDT).

Prevê-se para o segundo trimestre do corrente ano, a divulgação dos resultados deste estudo.

Durante o corrente ano, a Região vai participar no projecto nacional de investigação sobre a “Estimativa da Prevalência dos Consumos Problemáticos,” em parceria com o IPDT.

No quadro da **Redução de Riscos e Minimização de Danos**, iniciar-se-ão, em breve, acções junto a jovens pertencentes a grupos de risco, as quais consistem, fundamentalmente, em divulgar informação, dar apoio psicossocial, encaminhar e acompanhar, permitindo assegurar uma continuidade em termos de resposta na prestação de cuidados de saúde. Estas acções serão asseguradas por uma **“Equipa de Rua”**, a ser criada.

Com o objectivo de potenciar a inserção social e profissional de ex-toxicodependentes, como parte integrante e fundamental do processo de tratamento, pretende-se implementar na Região, em colaboração com a Direcção Regional de Juventude, Emprego e Formação Profissional, o **“Programa Vida-Emprego”**.

Esta etapa contém entraves difíceis de ultrapassar, e tem de haver uma conjugação de esforços de várias entidades, com principal relevo para os empregadores públicos e privados.

Entretanto, com a publicação da Lei n.º30/2000, de 29 de Novembro e o Decreto Legislativo Regional n.º7/2001/A, de 27 de Abril, criaram-se na Região três Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, a funcionar em São Miguel, Terceira e Faial.

O Protocolo de Cooperação, assinado em 22 de Fevereiro de 2002, entre a Presidência do Conselho de Ministros e a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, estabelece regras de cooperação técnica e financeira em matéria de luta contra a droga e toxicodependência. De acordo com aquele protocolo, através do IPDT, serão financiadas as despesas relacionadas com o funcionamento das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência e da Equipa de Rua.

Através das verbas do “Joker” destinadas à luta contra a droga e a toxicodependência serão cofinanciados projectos de prevenção primária.

Foi minha intenção informar este Parlamento no que diz respeito às estratégias de intervenção adoptadas pela tutela da Luta Contra as Dependências, no âmbito da prevenção primária, acesso ao tratamento, redução de riscos e minimização de danos, inserção social e descriminalização do consumo, bem como, dos projectos já executados e dos que estão programados, explicitando o investimento e a iniciativa que o VIII Governo Regional tem vindo a ter nesta área.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Termino dizendo que, do meu ponto de vista, é essencial que toda a sociedade, em especial todos os que mais directamente estão ligados aos jovens (pais, educadores, profissionais de saúde, decisores políticos, jornalistas,...). conheçam, com profundidade, tudo o que está a montante e a jusante do flagelo das

toxicodependências. Só esse conhecimento nos pode habilitar a intervir no sentido de ajudar à luta contra as toxicodependências.

O esforço tem de ser colectivo!

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é possível falar-se de soluções definitivas em matéria de educação. No meu entender nem é possível falar-se sequer de soluções. E por uma razão simples: porque elas não existem. Nunca este país teve um sistema educativo de excelência, mas sim de razoabilidade. Prosseguimos, aliás como em outras áreas, num nível inferior ao dos restantes países comunitários, por exemplo. Se longe vão os tempos do livro único e do endeusamento da memória não conquistámos ainda um sistema educativo que nos satisfaça.

Porém, o ensino deixou de ser o que era. A escola não é já tida como o único local onde se pode aprender. Longe disso. A comunicação na sala de aula mudou radicalmente, temos hoje um ensino de múltiplos recursos, de professores formados, de infra-estruturas renovadas e apetecíveis, mas nem por isso temos resultados mais brilhantes nem maior motivação. Reconhecemos hoje a importância da escola paralela e a rápida desactualização dos conhecimentos, mas não usufruímos de uma escola de excelência que com elas possa competir. E resta-nos perguntar qual o remédio infalível para a educação? Como se compreende o insucesso dos alunos no quadro de grande evolução infra-estrutural, curricular e pedagógica que se tem vindo a viver? Talvez a resposta resida na incapacidade de, em matéria de educação, se darem respostas a curto prazo, de todas as mudanças precisarem de um tempo de gestação geracional para que se analisem com um mínimo de rigor os resultados daí decorrentes.

A escola que hoje temos já não fala de conhecimentos e deixou de privilegiar a memória. A escola de hoje fala de competências e privilegia a autonomia do aluno. Se antes a aprendizagem se estruturava por capítulos de matéria, ela centra-se hoje nas capacidades adquiridas; se antes apenas se visava o objectivo final, hoje a aprendizagem faz-se por círculos. Se antes o centro era o livro, hoje o centro é o aluno e aquilo que a escola pode fazer pela sua promoção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é possível falar-se de soluções em matéria de educação. Mas é possível falar-se de melhorias, de progressos, de avanços significativos. Não é possível falar de remédios milagrosos, mas de formas de melhorar o nosso sistema de ensino. O sistema educativo deve, por isso, procurar ser auto-reflexivo e actuante com a plena certeza da falência a que inevitavelmente está sujeito.

Nos últimos anos têm-se dado passos de gigante em matéria educativa nesta Região; saiu-se de um estado de letargia legislativa para um de compulsiva produção legislativa. Com o Programa do VII Governo Regional reformulou-se, reestruturou-se e promoveu-se o sistema educativo regional. Conseguiu-se construir um

gigantesco edifício legislativo que aborda questões tão essenciais como o concurso dos professores, a reorganização curricular ou a autonomia de gestão das escolas. Grande parte destas medidas despoletadoras de contestação e muitas delas hoje, inegavelmente, proveitosas para o sistema educativo regional. Quando se falou na criação de escolas básicas integradas todos se revoltaram, hoje é um sucesso com provas dadas. Quando se falou da integração dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular muitas vezes se opuseram, hoje é uma medida que colhe consenso na opinião pública. Quando se propôs a autonomia de gestão das escolas muitos foram aqueles que se opuseram, conformados com a dependência total da tutela, e são os mesmos que, hoje, reclamam o alargamento das suas competências.

Nestas duas últimas legislaturas muitas foram as medidas tomadas pelo Governo do partido socialista em matéria de educação e muita foi a polémica que parte delas instaurou. E agora, quando passam quase dois anos da aplicação do Programa do VIII Governo Regional, é já possível constatar um alto nível de concretização das medidas que o mesmo propunha. Não procurarei esmiuçá-las na sua totalidade, mas deter-me-ei naquelas que tiveram repercussões recentemente.

Estamos hoje bastante distantes do arranque em 1993 do ensino profissional nesta Região. Esta modalidade de ensino que começou de forma incipiente tem vindo, progressivamente, a apresentar-se como uma alternativa credível aos cursos oferecidos pelo ensino regular, e tal deve-se a duas razões simples, por um lado, os constrangimentos do ensino regular com o qual a maioria dos alunos não se identifica, por outro lado, devido à sua forte vertente prática, visando a futura integração do aluno no mercado de trabalho. Uma das premissas constantes do Programa do VIII Governo Regional estabelecia como objectivo «Dignificar o ensino profissional e profissionalizante criando condições de efectiva igualdade deste com o ensino regular». Se é verdade que esta igualdade entre as duas modalidades de ensino ainda não se efectivou em pleno, não é menos verdade que o ensino profissional tem sido progressivamente encarado com muito maior credibilidade. As matrículas nesta modalidade de ensino apresentam um crescimento médio anual na ordem dos 70%, e as famílias açoreanas começam a estar mais despertas para as suas vantagens.

Se em 1993/94 tínhamos 138 alunos matriculados em cursos profissionais, em 1998/99 este número ascendeu a 627, quadruplicando portanto. Porém que medidas se tomaram para que tal acontecesse? Investiu-se na expansão da rede de escolas profissionais que de apenas 4 escolas em 1996 passou a 14 escolas em 2000; criaram-se novos cursos, aumentando a diversificação da oferta das escolas; introduziu-se o ensino profissional em alternância através do Programa de Formação e Inserção de Jovens (PROFIJ) no ensino regular. Desse conjunto de medidas resultou a expansão do ensino profissional a 17 dos 19 concelhos dos Açores e o crescimento do número de formandos de cerca de 400 em 1996 para mais de 3700 em 2000. Actualmente funcionam cursos do PROFIJ em 8 ilhas, e o ensino profissional em escolas profissionais cobre já todos os concelhos de S. Miguel e Terceira, estando presente em todas as ilhas, exceptuando as Flores e o Corvo. Como programa de carácter pré-profissionalizante foi lançado o Programa Oportunidade I, para jovens dos 12 aos 14 anos sujeitos a retenção repetida no 1º ciclo, propiciando

condições mais favoráveis a estes alunos, bem como o Oportunidade II e III, programas similares para os 2º e 3º ciclos, respectivamente. Ao abrigo da Direcção Regional da Juventude e Formação Profissional foram já aprovados cerca de 297 projectos, estando neste momento em apreciação cerca de 18; tendo já sido gastos mais de 71 milhões de euros apenas nas escolas profissionais, e ainda na passada semana o Centro de Formação da Associação Nacional do Ensino Profissional (CEFANESPO) anunciava a realização nos Açores de 12 cursos para docentes e não docentes do ensino profissional, acção co-financiada pelo orçamento da Região e que demonstra um claro investimento nesta modalidade de ensino.

Apesar das medidas tomadas podemos considerar que nada mais há a fazer? De forma alguma. É fundamental que se reforce a expansão da rede de escolas profissionais com a oferta progressiva de novos cursos, e que se continue a promover a dignificação desta modalidade de ensino. Apesar dos esforços que tem sido feitos neste sentido, ainda subsiste a ideia generalizada de que os cursos profissionais são cursos menores, com um grau de dificuldade inferior, com saídas profissionais menos aliciantes, destinado àqueles que não conseguem ter sucesso no ensino regular. Nada mais falacioso, pelo contrário o ensino profissional revela-se, hoje, capaz de oferecer aos alunos maior preparação do que, por exemplo, qualquer vertente tecnológica do ensino regular.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outra das medidas preconizadas pelo Governo Regional do partido socialista foi a da integração de alunos com necessidades educativas especiais nas escolas do ensino regular. Se esta medida foi, inicialmente, fonte de grande cepticismo, cedo revelou resultados satisfatórios e é hoje encarada como bem sucedida. Esta medida veio permitir que os chamados centros de educação especial que funcionavam como circuitos fechados dessem lugar a um tipo de ensino integrador, que atingiu a sua plenitude no ano lectivo passado com a integração dos últimos jovens nas escolas Canto da Maia e na EB2,3 de Angra do Heroísmo. Criou-se ainda uma rede de núcleos de educação especial extensiva a todas as escolas e áreas escolares, dotada de lugares docentes especializados e não especializados. Foi criado o Programa Cidadania, um programa específico de escolarização, destinado às situações de mais difícil integração e reanalisados todos os processos de alunos sujeitos a educação especial, revelando casos de mau encaminhamento na integração de uma parte destes alunos.

Ainda na passada semana o presidente do conselho executivo da EB2,3 de Angra do Heroísmo se congratulava com o sucesso dos cerca de setenta alunos do ensino especial da sua escola que, segundo ele, estão «completamente adaptados e têm níveis de absentismo a rondar o zero». Se é verdade que hoje muitos daqueles que consideravam esta integração utópica se rendem ao seu sucesso, também é verdade que muito há a fazer neste campo, sobretudo no que diz respeito à formação de docentes nesta área e à sua consequente afectação às escolas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como todos sabemos o abandono escolar continua a constituir uma fragilidade do nosso sistema educativo, essencialmente naquelas franjas populacionais que dependem desta escolarização como forma de quebrarem o círculo de pobreza em que estão inseridas. Com a criação do Programa de Formação e Integração de Jovens

(PROFIJ) e com o Programa Oportunidade (Despacho Normativo nº 34/2000, de 2 de Agosto) foi iniciado um processo de profunda alteração da forma como a escola encara o insucesso e o abandono escolar, promovendo-se uma adequada diversificação curricular. Se se melhorou neste campo não se sanou por completo o problema. Apesar do número de jovens que não conclui a escolaridade obrigatória ter vindo a diminuir, revelam os números que o abandono escolar precoce e a não conclusão do 9º ano de escolaridade com sucesso ainda afectam mais de 600 jovens açorianos em cada ano, situando-se nos 2,5 pontos percentuais para o grupo-etário 3-16 anos no ano lectivo 2000/2001.

Muitos destes jovens voltam a ser reintegrados no sistema de ensino anos mais tarde e muitas vezes através do ensino recorrente. O programa do VIII Governo Regional preconizava em três das suas medidas o entendimento de que é fundamental que o sistema educativo reabsorva os jovens e os adultos que o abandonaram. Por isso preconiza «reduzir o número de adultos não detentores da escolaridade obrigatória, promovendo a educação e a formação como um processo permanente ao longo da vida e fomentando a escolarização de segunda oportunidade», a par do entendimento de que se deve «promover a formação profissional de grupos com menor empregabilidade» e «promover a formação contínua de activos». Como forma de dar uma resposta adequada a este problema o Governo Regional entendeu propor a esta Casa um diploma que estabelece a forma de organização e funcionamento do ensino e formação de adultos (EFA), que foi aprovado no plenário passado e que responde de forma incisiva às três premissas enumeradas, já que contempla conjuntamente a reorganização do funcionamento do ensino recorrente e da educação extra-escolar. Este Decreto Legislativo visa configurar adequadamente na Região estas duas modalidades de ensino, garantindo uma maior flexibilização do processo formativo e um modo de funcionamento mais consentâneo com o do ensino regular.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em educação não há soluções definitivas. Em matéria de educação entendo não haver soluções. Mas há certamente formas de se combater o absentismo, a exclusão, a desmotivação e é por este prisma que devemos olhar a escola, com a certeza, porém, de este ser um trabalho titânico e inesgotável, frustrante e frustrado na tentativa de minorar as dificuldades sentidas por todos aqueles que se debatem com o sistema de ensino e que se batem pela escola. Porque dele dependem ou porque nele se revêem. Por que dele necessitam para se formar ou para formar outros. Porque dele esperam soluções mesmo quando sabem que elas podem não existir.

E cada aluno desta Região pode contar com o trabalho deste Governo, como aliás tem vindo sempre a contar, para lhe oferecer melhores condições escolares, maior diversificação curricular, e mais alternativas de formação, procurando assim abranger as franjas de jovens que se vão progressivamente afastando da escola e que a ela têm também – e é justo assumi-lo – regressado pela mão de muitas das iniciativas que este Governo tem tido a coragem de tomar. Em matéria de educação não há soluções, em matéria de educação não há firmes certezas, mas o que tem havido sim é a predisposição para melhorar o edifício legislativo que sustenta o sistema educativo regional, tornando-o mais coerente, mais consistente e mais apto a servir os interesses dos alunos. Com isto podem continuar a contar os alunos desta Região. Podem continuar a

contar com a permanente aposta na melhoria e na evolução do sistema de ensino regional. Se me disserem, porém, que esta evolução se faz apenas de soluções fugazes concordarei, por não conhecer outra forma de encarar o mundo do ensino. Um mundo destituído de soluções, mas susceptível de aceitar múltiplas formas de enriquecimento. E, mesmo sabendo da fugacidade destas soluções, uma certeza subsiste, porém, a de nunca o sistema educativo regional ter sido tão autónomo e ter-se revelado tão valorizado e tão enriquecido em matéria legislativa como agora o vemos ser.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi atentamente a intervenção da Sra. Deputada Cláudia Cardoso e nessa sequência gostaria de pedir aqui um esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Educação e que é o seguinte: o Sr. por acaso já ponderou a hipótese do ensino recorrente ser ministrado no Corvo, não só para adultos, mas também para os jovens que acabam o 9º ano, uma vez que há muito alunos que acabam o 9º ano e terão que esperar até aos 18 anos para poderem ingressar no recorrente?

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação àqueles que querem fazer o ensino secundário para além dos 18 anos, nesta altura já foi aprovado por esta Câmara e está a seguir o seu trâmite, o enquadramento jurídico que vai permitir, assim o espero, o arranque do ensino recorrente no Corvo.

Em relação ao grupo que está no fim da escolaridade obrigatória e ainda não tem os 18 anos, há uma limitação que é imposta pela lei de base. Contudo, há a possibilidade de ser criado um curso especificamente voltado para eles.

Essa é uma matéria que terá que ser estudada também em função da procura que haja para essa faixa etária, embora eu continue a pensar que a melhor solução é realmente a saída da ilha, porque se são alunos que querem fazer um percurso para o ensino superior, é muito mais seguro e creio que melhor para eles fazer outra forma de abordagem ao ensino secundário. Nesse sentido, e o Sr. Deputado deve conhecer, foi melhorado substancialmente o apoio que é dado aos alunos que queiram sair do Corvo e estudar fora. Neste momento, não se pode evocar razões de natureza económica para que isso não aconteça, mas também sei que é custoso e é difícil a um jovem de 15 ou 16 anos ter que sair da sua ilha, nem que seja para as Flores. Eu percebo tudo isso, mas há aqui que pesar os prós e os contras desta situação, mas é uma matéria que será, com certeza, estudada nos próximos meses quando se fizer o arranque do ensino recorrente no novos moldes.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado para esclarecimentos. Dispõe de três minutos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção que ouvimos da Sra. Deputada Cláudia Cardoso, deixou-nos a sensação de ser o último elogio ao Sr. Secretário, ainda Secretário Regional da Educação.

Deputado Renato Leal (PS): Isso é obsessão!

O Orador: Certamente que é matéria que tem muito conteúdo e que poderá dar lugar a uma abordagem mais detalhada em sucessivas intervenções, todavia gostava de dizer o seguinte e reportando-me apenas àquilo que diz respeito à educação especial:

Nos últimos anos o que é politicamente paradoxal é que assistimos a um retrocesso dos princípios da Lei de Bases do Sistema Educativo, verificando-se um progressivo abandono da educação especial. Este processo teve início com a extinção da divisão do ensino especial na orgânica da Secretaria Regional da Educação e Cultura deixando de existir naquele departamento qualquer técnico especialista nesta área, facto agravado com a sucessiva publicação de legislação suportada por uma filosofia segregadora, culminando com a publicação de dois programas, o programa “Cidadania” e o programa “Oportunidade” que prevêm a constituição de turmas especiais para os alunos com deficiências, no primeiro caso, ou crianças em risco de abandono escolar, no segundo caso.

Com a publicação destes programas inicia a rotulação dos alunos de acordo com a tabela nacional de deficiências, os alunos são estigmatizados, marginalizados, colocados à parte em turmas especiais perpetuando o isolamento e a desintegração destas crianças dentro da própria escola que frequentam, facto que contraria absolutamente a Lei de Bases do Sistema Educativo e as declarações que o país subscreveu, nomeadamente a Declaração de Salamanca.

Indigna-nos, por isso, assistir actualmente à derrocada de um projecto que acreditávamos ser possível de realizar numa região sem tradições de segregação, isto é, a quase inexistência da educação especial até à publicação da lei de bases do sistema educativo.

Quanto ao mais, Sra. Deputada, eu não vou contestar muito do que disse.

De facto, em educação nunca há soluções definitivas, todavia o que nós verificamos é que continua a existir espaços inadequados, zonas impróprias para a concentração de tantas crianças e jovens, carências de equipamentos ajustados às necessidades dos alunos,...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

... horários escolares desarticulados de horários, por exemplo, dos transportes escolares, currículos desmotivadores, programas desadequados às capacidades, necessidades e interesses dos alunos, manuais escolares desinteressantes e a obrigatoriedade de frequência a quem a escola nada diz.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para pedidos de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acabámos de ouvir uma intervenção em que a Sra. Deputada veio-nos passar um quadro sobre a educação e a ideia que nos dá é de que todos não têm razão à excepção de alguns.

Isto vem a propósito da contestação hoje existente nesta Região em relação ao fenómeno educativo e eu gostaria que, em função da sua perspectiva, em relação a todo o processo educativo dos últimos tempos, procurasse dar-nos uma explicação das razões que têm levado a uma contestação, concretamente dos representantes da classe profissional dos docentes em relação ao processo educativo, porque esse problema não tem diminuído, antes pelo contrário tem aumentado, continua a aumentar e cada vez mais nós vemos a contestação em relação a este processo educativo.

Portanto, esta contestação será porque tudo tem corrido às mil maravilhas? Dá-nos a impressão que não. Admitimos que tenha havido algum aspecto positivo, mas há aspectos negativos e penso que deviam ser analisados e procurar, em relação a eles, dar a volta.

Presidente: Srs. Deputados, nós estamos quase em cima das 19 horas para entrarmos na nossa ordem do dia. Eu vou dar a palavra à Sra. Deputada Cláudia Cardoso e este debate poderá prosseguir amanhã, porque vamos mesmo ter de entrar na ordem de trabalhos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Valadão não deve ter estado suficientemente atento, ...

Deputado Paulo Valadão (PCP): Estive

A Oradora: ... porque fui eu mesma, na minha declaração, que falei dessa contestação e falei das fragilidades que todas essas mudanças têm trazido e que promoveram essa contestação e, portanto, não omiti a realidade dos factos. É um facto que há descontentamento entre a classe docente, não na medida em que muitas vezes esses órgãos gostam de publicitar, mas na medida em que há uma produção legislativa suficientemente vasta, mexendo em áreas tão importantes que faz com que, obviamente, nem todos estejam de acordo. É por isso que vivemos numa sociedade democrática e é por isso que, muitas vezes, as medidas que são tomadas arrastam atrás de si muitas falências e muitas lacunas que irão sendo naturalmente superadas.

Portanto, eu não quis omitir nem quis prestar qualquer preito à acção deste Governo. A verdade é que, e fui eu mesma a dizê-lo, certas medidas, pelo carácter radical da mudança, no início provocaram muita celeuma como foi o caso das básicas integradas, como foi o caso de alunos com necessidades educativas especiais e outros.

Alguns são comprovadamente casos de sucesso. Nem tudo é assim. Há medidas menos felizes e há outras mais felizes. Fui eu própria a ter a sinceridade de o admitir na minha intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos entrar na nossa ordem de trabalhos.

Se bem se recordam estávamos ainda a debater na generalidade a **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 20/2001 que “adapta à Região o Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de Abril que procede à revisão da transposição para o direito interno das directivas comunitárias relativas à conservação das aves selvagens, (Directiva Aves) e à conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (Directiva Habitats).**

Como se recordam, para além da Proposta apresentada pelo Governo Regional, havia um texto de substituição da Comissão e subscrito pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, conforme documento que fez entrar na Mesa.

Está aberto a continuação do debate, na generalidade, sobre este tema.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com o presente diploma, pretende-se adaptar à Região Autónoma o DL nº 140/99 de 24 de Abril, o qual, por sua vez, transpõe para a ordem jurídica portuguesa as Directivas Comunitárias Aves e Habitats.

Como ressalta do preâmbulo da Proposta, procura-se “contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação e do estabelecimento dos habitats naturais da flora e fauna selvagens”, nomeadamente mediante a **criação de sítios de interesse comunitário**, designados como zonas especiais de conservação e zonas de protecção especial.

É entendimento do Grupo Parlamentar do PCP que era este o momento ideal para pensar e legislar de uma forma global e articulada, sobre matérias que versam a protecção da fauna e da flora, mas igualmente tendo em vista a actividade produtiva principal das nossas ilhas, de modo a não prejudicar a sua evolução.

Referimo-nos concretamente à defesa da actividade rural, e à necessidade de compatibilizar esta defesa com a defesa de certas espécies animais e de espécies da flora protegidas, como é o caso da Erica Azorica, mais conhecida por urze, e do cedro do mato.

Na verdade, a Convenção de Berna proíbe a apanha de espécies protegidas, entre as quais a urze, embora no seu artigo 9º estabeleça a possibilidade de os Estados signatários estabelecerem derrogações àquela proibição, nomeadamente a fim de proteger a agricultura, a pecuária e a florestação.

A Convenção de Berna seria regulamentada em 1989, pelo DL nº 316/89 de 22 de Setembro. Só que não está tal Decreto Lei completamente adaptado às especificidades dos Açores.

Em resultado dessa falta de visão para as nossas especificidades, é extremamente restritiva a possibilidade de uma derrogação em caso de conflito nos domínios agrícola e pecuário. Dessa restrição apertada resulta a necessidade de autorização expressa do Governo Regional sempre que se pretende arrancar uma urze, mesmo que esta invada a pastagem.

Repare-se que tudo isto decorre das disposições da Convenção de Berna, não da Directiva nº 92/43 de 21 de Maio, esta relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagens. Esta Directiva, precisamente uma das que está agora em transposição, visa mais a defesa dos habitats e das espécies, mas estas quando

integradas naqueles, não enquanto tal. É por isso que o seu artigo 13º proíbe a “recolha, colheita, corte, desenraizamento ou destruição intencionais quando a planta estiver em meio natural”.

Daqui decorre que o arranque da urze e do cedro do mato em pastagens esteja claramente fora da proibição, tendo em conta a Directiva Comunitária. O que não impede que, mercê do estatuído na Convenção de Berna, os agricultores das ilhas do Pico, S. Jorge e Flores vejam a sua actividade condicionada e dependente de autorização governamental, sempre que queiram arrancar uma urze ou um cedro do mato que lhes invada a pastagem.

A Directiva Comunitária não fere então em nenhuma medida os interesses dos agricultores açorianos? Acaba por ferir, porque, apesar de não ser responsável por nenhuma restrição absoluta, a legislação comunitária que agora se transpõe restringe igualmente de forma severa no que respeita aos habitats naturais, o que novamente acaba por se reflectir na actividade agro-pecuária, agora no que concerne às arroteias.

E daí a necessidade que o Grupo Parlamentar do PCP vê em pensar e legislar nesta matéria de uma forma global e articulada, tendo em conta as nossas especificidades.

Na realidade, apesar de a urze ser considerada espécie que exige protecção rigorosa, por tal contido no Anexo 4 da Directiva, sendo proibida qualquer apanha, os Estados Membros que tenham 5% ou mais do seu território abrangido, como é o caso de Portugal e ainda mais dos Açores, podem utilizar critérios menos rígidos na escolha dos “sítios de interesse comunitário”.

Há, assim, algumas soluções possíveis, no que respeita aos Açores:

Sendo a percentagem de “sítios de interesse comunitário” nos Açores muito alta, nomeadamente nas ilhas do Pico, S. Jorge e Flores, seria de flexibilizar os critérios da Directiva;

Ou, então, tentar incluir a urze não no Anexo 4, mas no Anexo 5, “espécies de interesse comunitário cuja captura ou colheita podem ser objecto de medidas de gestão”, logo espécies que podem ser apanhadas, embora de forma controlada.

Impor-se-á, então, considerar-se uma excepção genérica para a agro-pecuária açoriana na legislação nacional, já que esta legislação, que transpõe a Convenção de Berna para o nosso direito interno, se revela desajustada aos objectivos da própria Convenção, **no que respeita à urze quando fora do seu habitat.**

Esta Assembleia deveria então aprovar **normas específicas para a protecção de espécies protegidas pela Convenção de Berna fora do seu habitat.** Aliás, tal legislação já existe no que respeita à Protecção do Património Florestal Regional dos Açores (Decreto Legislativo Regional nº 6/98/A de 13 de Abril), **pelo que bastaria uma pequena modificação na legislação nacional para resolver o problema da urze e compatibilizar a sua existência e preservação com o exercício da actividade agro-pecuária.**

Esta compatibilização passa por aquele ajustamento legislativo, mas igualmente pela escolha criteriosa dos sítios a incluir na lista nacional, pelo que a discussão do presente diploma deveria:

Em primeiro lugar, ter sido antecedida da modificação da legislação nacional, que integrasse e permitisse resolver o problema da urze;

Em segundo lugar, propor sítios já contando com a capacidade produtiva instalada e potencial crescimento da actividade agro-pecuária;

Em terceiro lugar, **ser este Decreto Legislativo a determinar tais sítios e classificações**, em vez de remeter para Resolução do Governo ou Decreto Regulamentar Regional.

Esta solução permitiria:

Por um lado, ultrapassar a dificuldade jurídica que resulta do facto de o artigo 26º do DL nº 140/99 que agora se adapta **exigir a forma de Decreto Legislativo Regional**. Por não esquecermos a ausência de poder legislativo por parte do Governo Regional, duvidamos da legalidade deste diploma, na medida em que remete para legislação menor aspectos essenciais que deveriam ser objecto exaustivo deste mesmo Decreto, não de Resolução do Governo ou Decreto Regulamentar Regional.

Em segundo lugar, seria de todo curial sujeitar a discussão das propostas de Sítios a esta Assembleia, composta por Deputados que representam todas as ilhas, cada uma delas com especificidades próprias, as quais estes Deputados bem conhecem, podendo por tal dar o seu valioso contributo nesta matéria.

Para o Grupo Parlamentar do PCP seria fundamental compatibilizar todos os interesses em presença, por isso mostra-se totalmente disponível para contribuir para a resolução de todas as questões económicas e ambientais ora em causa, inclusivamente, se necessário, propondo de futuro medidas legislativas que compatibilizem a defesa de espécies e animais com o exercício da actividade agro-pecuária.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que importa aqui fazer alguns esclarecimentos, desde logo porque me parece que a intervenção que aqui foi proferida pelo Sr. Deputado Paulo Valadão apresenta alguns aspectos confusos e diria confusos, porque acaba por confundir duas linhas legislativas distintas, iníbeis na horizontal. Refiro-me à questão da Convenção de Berna que se constituem como uma linha legislativa, uma Convenção que foi adoptada pelo Estado nacional. Lembro-me que foi ratificado precisamente em 1981 através do Decreto-Lei 95/81 e que foi depois transposto através do Decreto-Lei 316/89.

Através desta prorrogação e do facto de Portugal ter aderido à Convenção de Berna, naturalmente que ficamos obrigados a garantir a conservação dum conjunto de espécies que nos seus anexos vêm referidos.

Uma outra coisa também é aquilo que nós estamos hoje aqui a discutir nesta Casa e que tem a ver com uma linha legislativa iniciada por duas directivas, designadas comumente como directivas habitats e aves, transpostas para a ordem jurídica interna nacional em 1998 e depois alterada em 1999, através do Decreto-Lei 140/99 e que hoje o Governo traz a esta Casa como proposta para que também, ao nível da ordem jurídica interna regional, este diploma seja devidamente adequado, porquanto apresenta matéria que, no nosso entender, é matéria de interesse específico da Região.

Procurar resolver um problema que tem a ver com o corte de urzes no âmbito de uma convenção internacional de nível jurídico superior, através de um decreto

legislativo regional, numa fileira jurídica distinta, penso, no meu entender, – e não sou jurista como sabem – que é um erro craço e, portanto, sendo um erro, é algo que não me parece adequado.

Importa também, para além das intenções, perceber o que se está aqui a procurar fazer. Eu percebo o que se pretender fazer, percebo aquilo que é identificado pelo Sr. Deputado como o problema, mas importa também aqui dizer, na minha perspectiva, que aquilo que está aqui a ser tratado não deve constituir-se como um problema. Porquê? Porque aquilo que estamos aqui a falar é de restrições em sítios de interesse comunitário e registe-se que se trata duma lista já aprovada na comunidade e aquilo que estamos a fazer é simplesmente a colmatar um vazio que neste momento se verifica nesta ordem jurídica e está-se aqui a procurar criar mecanismos para que se permita o desenvolvimento e a ocupação do solo, através de práticas agrícolas, em áreas que nós consideramos que são áreas que devem ser protegidas. Portanto, estamos aqui a entrar numa contradição profunda.

O que é que nós queremos fazer nestes sítios de interesse comunitário, nestas zonas de protecção especial, já aprovadas superiormente pela comunidade? Aquilo que nós pretendemos é proteger um conjunto de habitats e um conjunto de espécies que lhe estão associadas.

No entanto, esta classificação, e importa referi-lo, não tem impactos para o uso dos solos que actualmente se verificam, isto é, um agricultor que neste momento tem uma parcela de terrenos, que está a ser trabalhada, no âmbito da agricultura, dentro dum sítio de interesse comunitário, pode e deve continuar a fazê-lo. Não está impedido de o fazer. Aquilo que se impede, mas isto não é por via deste decreto legislativo regional, mas por via da directiva devidamente transposta no direito interno e, portanto ao nível do Decreto-Lei, é que, porventura, uma área que se constitui como uma área natural a proteger com um conjunto de espécies, urze ou outras, e não é isto que está aqui em causa, seja ocupada por via da agricultura.

Nestes casos também é importante que nós demos o nosso parecer, pois se estes sítios constituem, com cerca de um pouco mais de 13% do território da Região, áreas que estão identificadas como áreas importantes e interessantes na perspectivas dos habitats e das espécies que comportam, aliás, por isso mesmo, isto foi proposto à comunidade e as listas estão aprovadas, na minha perspectiva nós devemos garantir a protecção dessas espécies, sem prejudicar aquilo que são as actividades económicas que aí, neste momento, já se desenvolvem.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge para esclarecimentos.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

O Sr. Secretário Regional do Ambiente acabou de esclarecer alguns pontos, mas impõe-se, em minha opinião, alguns esclarecimentos adicionais, tendo em conta a sua intervenção.

Eu diria, à partida que estamos aqui a tratar de dois pilares distintos, o Sr. Secretário chamou-lhe duas vias legislativas, daquilo que é a preservação da natureza.

A Convenção de Berna assenta em dois pilares, a preservação dos habitats e a preservação das espécies isoladamente.

O Decreto-Lei 140 e as directivas aves e habitats unem estes dois pilares num pilar comum, ou seja, a preservação dos habitats e das espécies, na das espécies integradas nesses habitats e não podemos escamotear esta realidade.

O essencial desta questão está aqui, como muito bem disse o Sr. Secretário Regional do Ambiente, e estou absolutamente convencido que com a implementação da Rede Natura 2000, com a criação e classificação dos sítios de interesse comunitário como zonas especiais de classificação e com a classificação de determinadas áreas, como ZPEs, daqui a uns anos, mais tarde ou mais cedo, a protecção das espécies isoladamente vai deixar de ter razão de ser e então aí, nesse momento, nesse instante ou por uma alteração do anexo da Convenção de Berna que qualquer Estado Membro, qualquer parte contratante pode exercer, pela denúncia da própria Convenção de Berna que também está prevista no artigo 23º da própria Convenção, essa situação poderá acontecer. É entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é o entendimento do Governo, manifestado pelo Sr. Secretário de que é demasiado cedo para se colocarem essas questões. Poderá não ser o entendimento de outras bancadas parlamentares, poderá não ser o entendimento do Sr. Deputado, mas eu fazia aqui um parêntesis e colocaria aqui uma questão em tom de aparte: o que pensam os seus parceiros de coligação, concretamente o Partido Ecologista “Os Verdes”, relativamente a esta matéria?

O Sr. Deputado também laborou em alguma confusão relativamente àquilo que é o poder administrativo, o poder regulamentar e o poder legislativo, que depois no debate na especialidade afluiremos essa situação.

Quanto à questão de que o 316/89 não está devidamente adaptado à Região, Sr. Deputado, muitas vezes o Estado Português tem sido mais “papista que o Papa”, passe a expressão, e naquilo que são as possibilidades de derrogação relativamente a directivas e a outros instrumentos legislativos comunitários, tem limitado, restringido e até deixado de usar essas prerrogativas de derrogação. Neste caso concreto não se passou isso e aquilo que consta do artigo 8º do Decreto-Lei 316/89 é o aproveitamento em absoluto da possibilidade de derrogação que é conferido à parte contratante, pelo artigo 9º da Convenção de Berna.

Este entendimento assenta também nesta perspectiva, desde logo que a União Europeia na participação que tem e os Estados-Membros da União Europeia, enquanto membros do Conselho da Europa e enquanto partes contratantes da Convenção de Berna, têm, no seio da Comissão Permanente, tido o entendimento que, por exemplo, só integram a Rede Esmeralda os sítios de interesse comunitário ou aqueles sítios que constam da Rede Natura 2000, ou seja, esta perspectiva dá a entender e leva-nos a concluir que a evolução é precisamente para isso, para que se faça uma preservação de espécies e habitats, mas das espécies dentro desses habitats, deixando cair, a prazo, a preservação isolada das espécies.

Também não nos podemos esquecer que, para fundamentar e terminar já este esclarecimento, no que diz respeito ao entendimento que temos de que não é altura ainda de se colocar essa questão, relativamente a uma eventual alteração do anexo ou até mesmo do texto da Convenção de Berna, porque há o facto desta Convenção ir além daquilo que é o âmbito comunitário, quero dizer que a Convenção de Berna tem neste momento 45 partes contratantes, 39 das quais são Estados-Membros do Conselho da Europa, a própria União Europeia, o Mónaco e 4 países africanos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar, nós entendemos e vamos permanecer na nossa, não fizemos qualquer confusão. Nós fomos claros em relação à intervenção que fizemos.

Entendemos que, efectivamente, a Convenção de Berna prevê no artigo 9º e vou citar:

“Cada uma das partes contratantes poderá abrir excepções ou terminar nos artigos 4º, 5º, 6º e 7º, assim como à proibição dos meios mencionados no artigo 8º quando não exista outra solução satisfatória e se tal derrogação não prejudicar a sobrevivência da população em causa”.

Portanto, partindo do princípio que houvesse boa vontade do Governo Regional e da maioria desta Assembleia de procurar resolver as situações que todos nós conhecemos, que são públicas, que existem nas Flores, existem no Pico ou em São Jorge, duma autêntica caça ao homem em relação à limpeza das suas próprias pastagens, – e isto já foi dito no passado – mas se houvesse boa vontade da parte da administração, estamos convencidos que, sem ferir aquilo que vem aqui estatuído na Convenção de Berna, era possível ir de encontro a uma mudança legislativa.

Agora, aquilo que nós dissemos é que é necessário haver essa boa vontade, é necessário haver a modificação da legislação nacional. Pensamos que esse terá de ser o primeiro passo no sentido de depois aplicar a esta Região as directivas que estão aqui em causa, porque, em nosso entender, o que está aqui em causa é compatibilizar a actividade económica desta Região no que diz respeito à agricultura e à pecuária com a preservação que existe.

Não sei se foi o Sr. Deputado ou não ou se foi em voz “off” que ouvi dizer: “o que é que diriam os meus amigos dos Verdes em relação a esta matéria?” Diriam exactamente que numa Região, como os Açores, é fundamental preservar não só as espécies protegidas, mas é fundamental preservar a actividade económica da população que aqui vive, porque há 500 anos não havia turismo aqui, porque se daqui a 20 anos houver aquilo que havia à 500 anos, nós podemos ir todos embora, porque não há agricultura e pecuária e se não houver agricultura e pecuária nesta Região, sector fundamental para as nossas ilhas, a Região, efectivamente, deixará de ser aquilo que hoje é. Esta Região deixará de ser aquilo que nós, Partido Comunista Português, pretendemos que continue a ser no sector económico, como sector primordial à actividade agrícola e pecuária.

Relativamente a este aspecto, penso que estamos perfeitamente esclarecidos, porque nós pensamos que o que é fundamental não é legislar em função do que a Europa já legislou. É fundamental respeitar as leis? Sim, mas é fundamental adaptar essas leis às nossas especificidades quando isso o justifique e neste caso concreto, no que diz respeito à Convenção de Berna e também no que diz respeito às directivas que agora estamos a aplicar, não se está a ter em atenção aquilo que é necessário para esta Região no que diz respeito ao seu desenvolvimento agro-pecuário.

É contra isso que nós estamos, é contra isso que nós vamos continuar a bater-nos sem nenhuma confusão. Da nossa parte não há confusões. Da nossa parte há uma opção política, há uma opção pelo desenvolvimento da agricultura e da pecuária na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para dizer que também entendo que as questões que têm sido levantadas pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, não deixando de ser pertinentes, parecem-me que são uma questão à parte. Aliás, penso que não sou eu que acho isso.

O Sr. Deputado José Decq Mota, tal como eu, votou esta matéria e aprovou em sede de Comissão. Portanto, é também com essa coerência de quem votou em sede de Comissão este diploma com as suas adaptações, que quero aqui manifestar o apoio a este mesmo diploma aqui apresentado e dizer que, de facto, embora também em sede de Comissão tivéssemos algumas dúvidas sobre a outra questão apresentada sobre a lista de sítios não estar, desde já, discriminada aqui neste mesmo diploma. De facto, faz todo o sentido que sejam os técnicos a definir qual é que deve ser a matéria legislada.

Portanto, foi com esse propósito que o PS, CDS/PP e PCP deram a sua aprovação a este diploma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge. Recordo-lhe que já fez duas intervenções, dispondo agora de só três minutos.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, eu indiquei a minha primeira intervenção de hoje como sendo um esclarecimento, na sequência da intervenção...

Presidente: Muito bem. Então tem a palavra.

O Orador: É para um esclarecimento, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Continuo a reafirmar que não usei no meu primeiro esclarecimento o termo “confusão”. Não o usei deliberadamente, mas agora uso-o, porque, na sequência do seu esclarecimento, também comungo da opinião que foi emitida pelo Sr. Secretário de que há, efectivamente, muita confusão, Sr. Deputado.

Desde logo, aquilo que o Sr. Deputado acabou de ler e citando, salvo erro, o artigo 9º da Convenção de Berna, é isso, em absoluto, literalmente o que está transcrito no artigo 8º do Decreto-Lei 316/89, ou seja, o Estado-Membro, Portugal, na regulamentação da Convenção de Berna, não podia ter ido mais além.

Digo mais:

A Convenção de Berna foi rectificada – e o Sr. Secretário Regional disse há pouco – e o instrumento de rectificação foi depositado nos princípios de 82 e em 89 foram alterados os anexos e a Região indicou, aí sim, espécies de fauna e flora para integrar os anexos da Convenção de Berna, entre as quais essa espécie, a “Erica Azorica”, mais conhecida por “urze”, entre outras espécies de fauna que também levantam algumas questões, como é o caso do “pombo torcaz” e o que o Sr. Deputado não referenciou, mas são aspectos que constam nos anexos indicados em 89 e não em 82 quando a convenção foi rectificada e o instrumento de rectificação foi posteriormente depositado, mas sim aquando da regulamentação nos finais dos anos 80.

Isto só para dizer, Sr. Deputado, que o artigo artigo 20º do Decreto-Lei 140/99 permite, nas áreas ZIC, nas áreas de ZPE, nas áreas que eventualmente daqui a uns anos, na sequência da aprovação dos planos de gestão dessas mesmas zonas ZIC, venham a ser classificadas como ZEC’s, permitem que existam situações de

excepção quando estejam em causa essas questões enunciadas pelo Sr. Secretário, desde logo a garantia da segurança, a preservação da manutenção duma actividade agrícola ou outra, dentro dessas áreas classificadas.

Portanto, esta situação está assegurada, está garantida no articulado do próprio Decreto-Lei 140, como está garantida no articulado do Decreto-Lei 316/98, no que respeita à Convenção de Berna.

Também digo que, pela experiência que tive no tempo que passei na secretaria da Agricultura, Pescas e Ambiente, os pedidos feitos no âmbito da possibilidade de derrogação, os pedidos deferidos são mais do que os pedidos indeferidos. Os pedidos indeferidos são uma pequena parte dos pedidos que são feitos.

É natural que quem vê o seu pedido deferido não se vai queixar à comunicação social nem aos Srs. Deputados. Quem o vê indeferido toma naturalmente essas posições, mas as situações de indeferimento são situações excepcionais.

Naturalmente que quem não pede, corta e depois vê um auto levantado, arrisca-se, naturalmente, a levar com a culminação da lei, mas isso só prova que passou a haver fiscalização, passou a haver efectivamente uma actuação no sentido de fazer cumprir a lei e aqui a questão essencial é o cumprimento da lei e quem fizer e fundamentar um pedido nesses argumentos e nessas razões, estamos de acordo. Quando se verificarem essas condicionantes, quando se verificarem essas necessidades, sinceramente não vejo a Direcção Regional do Ambiente a instruir negativamente um parecer, que mais não é do que a licença que vai simplesmente para homologação do Sr. Secretário Regional.

Para terminar, Sr. Deputado, queria dizer que as situações de indeferimento dos pedidos que davam entrada, e o Sr. Secretário poderá confirmar isso agora, na Secretaria Regional do Ambiente são mínimas comparativamente aos pedidos que lá davam entrada.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de dar aqui duas ou três notas, uma é de que nestas matérias e particularmente em matérias de natureza ambiental há uma coisa que é importante nós termos sempre em conta e eu tenho procurado, em muitas circunstâncias e em muitos momentos, fazer esta chamada de atenção: tem que haver coerência nas nossas posições e quando eu digo isto, quero dizer basicamente que nós ao querermos preservar determinados valores ambientais, reconhecemos esses valores através de áreas protegidas que não têm que ser sítios de interesse comunitário.

Eu noto que muitos destes sítios de interesse comunitário têm já outro tipo de classificação, designadamente regional, onde esta Casa, este Governo, o anterior e outros antes de nós também tiveram o seu papel e a sua palavra. Portanto, a coerência significa que nós devemos olhar para as situações de forma profunda e não devemos procurar fazer abordagens casuísticas em todas as aproximações a todos os níveis. É isto um pouco que me parece que está aqui a acontecer, porque o problema de fundo que está aqui a ser tratado não é o de se poder ou não autorizar a cortagem de uma urze numa determinada pastagem e numa determinada área.

Como foi aqui referido pelo Sr. Deputado Hernâni Jorge, nós temos autorizado um número muito vasto de cortes de urzes e de outras espécies em áreas não classificadas.

O que eu quero registar aqui, é que nestes 13 e tal por cento da área do território dos Açores, que se constituem como áreas classificadas, sejam sítios de interesse comunitário, sejam áreas protegidas de estatuto regional ou nacional, sejam zonas de protecção especial, é ou não importante garantir a preservação desses habitats e dessas espécies?

Digo isto, porque aquilo que está aqui a ser discutido e está a ser proposto, no fundo, é que, para além duma abordagem casuística nos 80 e tal por cento do território da Região, se aborde também casuisticamente dentro destes 13 e tal por cento.

Eu, Secretário Regional do Ambiente, não concordo com isso e digo-o com toda a clareza.

E mais:

Há um outro aspecto que também importa relevar aqui.

Eu percebia esta discussão noutra momento, ou seja, eu percebia esta discussão se houvesse aqui hoje, neste momento, um choque profundo entre aquilo que são os interesses de protecção e aquilo que são os interesses económicos, designadamente ao nível do desenvolvimento da agro-pecuária. Eu não vejo esse choque. O que eu vejo hoje na Região é uma situação de estabilidade ao nível da produção, imposta, aliás, por fora, embora nós tenhamos tido, como é do conhecimento público, um aumento da nossa quota.

O que está em causa hoje na Região não é aumentar largamente o número de vacas que temos a produzir na Região, mas sim valorizar o produto da agricultura. É isso que se constitui como uma política que hoje temos nos Açores.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Portanto, se é isto que nós estamos a falar, se é esta a política – e eu não tendo a tutela do sector, percebo-a – por que é que nós estamos aqui a abordar um problema de pretender que a agro-pecuária penetre pelas áreas classificadas?

Sinceramente eu não vejo o problema, mas se for apresentado com mais clareza talvez eu consiga lê-lo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar por responder a uma afirmação feita pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão, que disse que o meu camarada José Decq Mota tinha estado na Comissão e que teria votado favoravelmente a matéria.

O Deputado José Decq Mota neste momento não está cá, provavelmente com a mesma justificação que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro também cá não está, embora cada um nas suas actividades partidárias próprias a que têm direito, como outros Srs. Deputados, por direito próprio, poderão e deverão e poderão estar presentes noutros locais e ausentes das actividades parlamentares e por isso ele não está cá para lhe poder responder.

No entanto, quero afirmar-lhe categoricamente que muitas vezes nas comissões podemos abordar as questões e não as aprofundar tanto quanto seria desejável. Isso

passa-se e tem-se passado comigo em muitas comissões e passar-se-á com muitos outros deputados, o que não quer dizer que os deputados, mesmo em comissão, não tendo tido a possibilidade, por deficiências próprias de aprofundar e abordar as questões, não possam a qualquer momento, até à votação final global, rever as suas posições e votar de forma diferente.

A posição do Partido Comunista Português hoje, por que está mais aprofundada, porque evoluiu desde a altura em que analisámos estas matérias, é diferente e com o evoluir da discussão, e por isso é que se faz discussão, ainda poder-se-á modificar. Agora, pela discussão que tem sido feita, naturalmente, não se vai modificar e irá ter uma posição cada vez mais contra estes dispositivos que, em nosso entender, poderão prejudicar a economia desta Região.

Por tudo isto, penso que, em relação a esta matéria, estamos entendidos.

Aliás, não é novidade nenhuma nesta Assembleia poder ter-se posições diferentes daquelas que temos nas comissões, por motivos da análise ser modificada, como disse há pouco, até à votação final global, porque até esse momento temos sempre a possibilidade de alterar e aprofundar as nossas posições.

Em relação às matérias aqui trazidas, isto é uma realidade, e o Sr. Deputado já evoluiu nas suas posições em relação a diversas matérias, desde a comissão até ao plenário.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ainda bem que assim é!

O Orador: Isto faz parte do processo parlamentar e é a génese de todo o processo parlamentar, porque senão não havia discussão, ou seja, apresentavam os diplomas, votava-se e íamos todos embora.

Não será assim Sr. Deputado Vasco Cordeiro?!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Deputado, eu concordo consigo!

O Orador: Ainda bem que concorda.

Presidente: Sr. Deputado, só lhe queria perguntar se estamos perante um pedido de esclarecimento ou uma intervenção, porque V. Exa. já falou três vezes e creio que já entrou nos pedidos de esclarecimento.

O Orador: Sr. Presidente, eu neste momento estou fazendo uma segunda intervenção, para a qual, segundo o Regimento, penso que tenho 15 minutos.

Presidente: Tem sim senhor, não tinha era dito à Mesa que ia fazer uma intervenção. Presumi que era um esclarecimento e a Mesa fica um pouco perturbada com isso.

Portanto, trata-se de uma segunda intervenção.

O Orador: Se o Sr. Presidente me permite, estou a fazer a minha segunda intervenção.

Presidente: Permito, com certeza. Tem a palavra

O Orador: Continuando, em relação à matéria propriamente dita, o Sr. Secretário Regional refere que noutra momento poder-se-ia analisar a questão.

Aquilo que nós, Partido Comunista Português, entendemos é que esse outro momento devia ter sido provocado aqui antes desta análise, exactamente para propor a alteração do decreto-lei que, em nosso entender, é fundamental.

E mais, Sr. Secretário:

Conforme já o referi – e o Sr. Secretário até aceita, porque diz que tem autorizado – a Convenção de Berna permite as derrogações e a salvaguarda se a sobrevivência das

populações não estiver em causa e eu concretamente posso perguntar e responder: será que nas ilhas das Flores, do Pico, de S. Jorge as populações da “Erica Azorica” estão em causa? Não estão. Será que o cedro do mato está em causa? Não está.

Portanto, nós entendemos que dever-se-ia ter em atenção a adaptação às nossas realidades, fundamentalmente nas ilhas onde essa adaptação é fundamental e é necessária.

O Sr. Deputado referiu que daqui a alguns anos poder-se-ia modificar, alterar e deixar de haver restrições.

O que nós entendemos é que não é necessário esperar uns anos, porque é possível isso acontecer a partir deste momento e não somos só nós que o dizemos. Nesta matéria não estamos sozinhos.

Por outro lado ainda o Sr. Deputado fala, com muito afinco, na fiscalização e o Sr. Secretário fala nos sítios de interesse ambiental que já temos e eu quero conjugar estas duas matérias:

Em relação aos sítios, – e eu conheço alguns e fundamentalmente conheço bem os diversos que existem na minha terra – entendemos que, e ainda bem, determinadas zonas de protecção, zonas do domínio público regional classificadas na minha ilha e noutras, como zonas de reserva, foram bem classificadas, estão à responsabilidade da sua Secretaria e passaram aqui por esta Assembleia e tiveram o nosso voto favorável.

Em relação à fiscalização, ao contrário do que diz o Sr. Deputado, ela é muito deficiente e estou convencido que qualquer pessoa poderá fazer coisas ilegais e não aparecem fiscais. Isso é que é lamentável, porque, Sr. Deputado, era aí que a fiscalização devia incidir, era aí que a fiscalização devia proteger.

E mais:

Neste momento na minha ilha, que eu conheço muito bem, algumas dessas zonas estão a ser infestadas por plantas invasoras que vão destruir a paisagem, concretamente aquilo que nós chamamos “cana roca” e que em S. Miguel de chama “roca” e que noutras ilhas tem outras designações, e aí, Sr. Deputado, os serviços do ambiente até este momento, que eu saiba, nada fizeram e penso que nessas zonas protegidas tinham um campo muito vasto para trabalhar.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é isso que está em discussão.

O Orador: Isto tem a ver com a fiscalização e tem a ver com o modo como os serviços estão a funcionar, porque aí, nesses sítios que o Sr. Secretário falou, os Srs. têm um campo vastíssimo à vossa frente para provarem que é necessário manter a nossa vegetação endógena, que é necessário protegê-la e que há muito a fazer.

Em relação ainda à matéria em apreciação, continuamos a afirmar categoricamente que perdemos esse momento, porque assim não quis, não soube ou não foi capaz de fazer o Governo Regional. É por isso

que nós, na salvaguarda dos interesses dos agricultores desta Região e daqueles que continuam empenhados em desenvolver a agricultura e a pecuária, estamos contra o modo como, em relação a estas matérias, se está a fazer a adaptação.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente. Eu recorro que faltam 20 minutos para as 20 horas.

Secretário Regional do Ambiente (Herder Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só uns breves esclarecimentos relativamente às questões que foram aqui abordadas. A questão das infestantes que foi aqui referida pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, cá está mais uma vez a tal coerência que eu digo que é necessário ter em matéria ambiental. Aliás, eu já realcei isso com o Sr. Deputado relativamente a outras matérias, como é o caso, por exemplo, do problema das lagoas e daquilo que são as actividades nas áreas circundantes às próprias lagoas.

Mas, a este nível, importa realçar que o problema das infestantes resulta, em grande parte, precisamente do abandono de terras, ou seja, nós temos terras suficientes para produzirmos o gado que precisamos e depois abandonamos e deslocamos o gado para outras terras. Portanto, o que estamos aqui a falar é a intenção de deslocar gado para outras parcelas de terreno, abandonando determinadas parcelas que, naturalmente, vão ser infestadas por um conjunto de espécies exóticas que existem na Região.

Relativamente à fiscalização, Sr. Deputado, nós estamos a fiscalizar e eu tenho dado notas públicas sobre isso. Aquilo que eu peço a todos nesta Assembleia, de forma muito especial, é que aquilo que é a posição apresentada aqui hoje pelo Sr. Deputado, seja uma posição, também ela coerente e mantida por todos até ao fim.

Não estamos a perseguir as pessoas policialmente, mas estamos a fiscalizar e a fiscalizar não para passar uma multa ou para levantar um auto, mas para dar prossecução a esse auto.

Neste momento há processos de contra-ordenarção que estão em curso na Região, porque quando as pessoas produzem atentados contra aquilo que é o bem que estamos aqui a referir, temos que agir em coerência com aquilo que são as áreas classificadas, nalguns casos, também por esta Assembleia e, portanto, estamos a fazê-lo.

Como nota final, relativamente à pergunta que o Sr. Deputado há pouco punha, sobre se o corte de algumas urzes ou cedros põe em causa a sobrevivência das espécies, eu devo dizer que não põem e põem e explico porquê: porque o facto de em determinadas áreas, que se constituem como habitats importantes, estes só sobrevivem na medida em que tenham áreas também com algum significado.

Portanto, aquela ideia que durante muitos anos houve na Região em que nós podíamos cortar as urzes e deixar só uma faixa de urzes na periferia do terreno e o que acontece é que essas urzes acabam por não sobreviver, acabam também elas, por exposição ao vento, por morrer. Os habitats precisam de dimensões mínimas para poderem sobreviver. É neste espírito que surgem os sítios de interesse comunitário.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que concluísse.

O Orador: Registei também esta nota do Sr. Deputado, “os sítios de interesse comunitário foram bem classificados”. Pois, Sr. Deputado, é disso que nós estamos aqui a falar. É também por eu achar isso que eu aqui trago a esta Assembleia uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que precisamente vem confirmar, na ordem jurídica interna, aquilo que é interesse e a validade destes sítios de interesse comunitário. É simplesmente isto que estamos aqui a fazer e a adoptar.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Hernâni Jorge pede a palavra para?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Para uma intervenção.

Presidente: Tem a palavra para uma segunda intervenção.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para uma segunda intervenção na generalidade e para repor aquilo que efectivamente teve aqui em debate e que foi a discussão de adaptação à Região do Decreto-Lei 140/99, que se refere concretamente à classificação de zonas protegidas como zonas de protecção especial, no caso das aves, ou como zonas especiais de conservação, na circunstância de se tratarem de determinados habitats.

Como já foi referenciado, quer pela primeira intervenção do Sr. Secretário, feita ontem, quer ao longo deste debate fundamental, trata-se duma adaptação, na prossecução do processo de participação na Região no âmbito da Rede Natura 2000. Este debate mostrou também que, quando falham os argumentos, sobre somente o recurso à demagogia e se algum grupo parlamentar, se algum Sr. Deputado quer alterar o regulamento da Convenção de Berna, o Decreto-Lei 316/89, use da iniciativa legislativa. Se quer apresentar alguma alteração na especialidade à adaptação do Decreto-Lei 140/99, faça-o na especialidade.

Mas, quando não há argumentação, quando, se calhar, pessoalizamos demasiado as coisas, quando, se calhar, numa perspectiva egoísta entramos nesta discussão, falham os argumentos, sobra a demagogia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Hernâni Jorge:

Da nossa parte não há qualquer demagogia. Provamos aqui, nos últimos 12 ou 13 anos, que temos capacidade de apresentar projectos de alteração de Decretos-Lei e de Decretos Legislativos Regionais. Vamos continuar nessa senda e vamos apresentá-los. Não se preocupe, porque nós vamos apresentá-los.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Nessa altura havemos de os ver.

O Orador: Os Srs. poderão votar contra, mas o problema é vosso.

Agora, continuamos a afirmar que o Governo perdeu essa oportunidade, porque era ao Governo, já que entrou nesta matéria, que tinha o dever de entrar nesta área a fundo e não o faz, em nosso entender, prejudicando os agricultores desta Região.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Na especialidade.

O Orador: Em relação ao Sr. Secretário Regional, eu disse, e repito, que votei favoravelmente as reservas aqui aprovadas e não me arrependi de o ter feito. Aliás, recordo-lhe um dos mais extensos decretos que aprovámos em relação a esta matéria, o Decreto Legislativo Regional nº 16/89/A, que foi aprovado por esta Assembleia, onde se estabelecem um conjunto de reservas das ilhas Santa Maria, S. Miguel, Terceira, S. Jorge, Faial, Pico e Flores.

Portanto, entendemos que, em relação a estas reservas, a responsabilidade do cumprimento daquilo que está legislado é do Governo Regional.

Quando me refiro às infestantes, estou a reprimir-me às infestantes destas reservas e não é às infestantes dos terrenos privados. Concretamente no caso das Flores quando me refiro que estão a ser infestadas, é precisamente estas reservas que são propriedade da responsabilidade da Região e não tem sido feito nada no sentido de manter aquilo que devia ser mantido, ou seja, as tais plantas autóctones e que se tem deixado, sem qualquer protecção, a invasão por essas reservas.

Era apenas isto que eu queria dizer, para ficar perfeitamente claro.

Presidente: O Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para uma primeira intervenção.

Presidente: Segunda intervenção, porque o senhor fez ontem uma.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Tem razão, Sr. Presidente, desculpe.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata foi o único partido, em comissão, que reservou a sua posição para o plenário relativamente a esta matéria...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Na especialidade.

O Orador: ... na especialidade.

No entanto, há aqui uma questão que já foi levantada várias vezes, que agora surgiu e que eu gostaria também de voltar a referir-me a ela e tem a ver com a questão da urze, que no último plenário tive oportunidade de discutir com o Sr. Secretário do Ambiente.

Antes de mais, devo dizer que concordo que não é neste diploma que se pode resolver este problema, mas como é uma questão pertinente e foi aqui discutida, – e quero referir que da parte do Grupo Parlamentar do PSD não há grandes objecções relativamente ao documento em concreto que estamos a discutir – mas se for levado ao extremo a questão de levantar processos por causa da urze, o Sr. Secretário e todos nós já devíamos ter processos, porque qualquer um de nós pode destruir um pé de urze. Portanto, é bom nós percebermos do que é que se está a tratar. A urze é uma espécie que surge em qualquer lado e não tem a mínima razão de ser para estar a ser protegida.

Se foi incluída nalgum processo de acordos internacionais que obriga a sua protecção, poderá ter sido por erro, poderá ter passado despercebido, mas já passou muito tempo para que nós possamos, de facto, intervir no sentido de resolver esta situação.

No último plenário tive oportunidade de dizer que se as coisas continuarem a evoluir da maneira que têm evoluído, em que uns dizem que há perseguição e outros dizem que não há, mas há sempre processos que são levantados, é óbvio que nós, Grupo Parlamentar do PSD, nos comprometemos tomar iniciativa legislativa para tentar resolver esta situação.

No entanto, acho que não seria necessário chegar a tanto se tivéssemos às vezes um pouco mais de bom senso na forma como se faz a actuação e fiscalização no terreno. Penso que isso seria fundamental.

Relativamente a este diploma em concreto, gostaria de dizer que me causa às vezes alguma perturbação ver todo o planalto do Pico praticamente ser considerado um sítio com as restrições advenientes dessa classificação, porque é lá que se passa a grande parte das arroteias na ilha do Pico, é lá que se faz grande parte do pastoreio e é bom termos em atenção também não só a protecção das espécies, a protecção ambiental, mas a sua compatibilização que deve estar sempre presente em todo o processo legislativo e o processo de fiscalização destas matérias.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Sr. Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): É para um pedido de esclarecimento, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de fazer uma pergunta, absolutamente concreta e precisa, ao Sr. Deputado Duarte Freitas, que é a seguinte: em seu entender, – e isto em função da sua intervenção – se algum agricultor na montanha do Pico pretender fazer uma arroteia, esta legislação, que agora estamos a aprovar, é ou não impeditiva dele fazer essa arroteia?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Agora já não são as urzes, são as arroteias. E não há demagogia, Sr. Deputado?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para prestar o esclarecimento pedido.

Segundo julgo saber, pelas pessoas que conheço, inclusivamente por relações familiares, hoje em dia para fazer qualquer arroteia, passa por um processo de autorização.

Presidente: Parece terminado o debate e uma vez que faltam cinco minutos para a hora regimental, eu pergunto aos senhores líderes parlamentares se fazemos a votação na generalidade, passando ao debate na especialidade tentando resolver este problema hoje.

(Pausa)

Estão de acordo que este diploma seja resolvido hoje. Assim sendo vamos votar na generalidade...

Para interpelar a Mesa tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, é apenas para propor que o debate na especialidade se faça com base na proposta de substituição da Comissão.

Presidente: Seguindo a metodologia que está assente, vamos votar os dois, cada um de per si, e na especialidade discutiremos a proposta de substituição da Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para interpelar a Mesa.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Eu gostaria de saber se os nossos trabalhos vão terminar à hora regimental ou não, porque aquilo que eu entendo, e falo em nome do Partido Comunista Português, é que votar na generalidade, tudo bem, agora a parte da especialidade continuará normalmente a partir de amanhã às 10 horas.

Presidente: Eu percebi que ainda hoje poderíamos ver todo este diploma, passando um pouco depois das vinte horas. Não é esse o seu entendimento e não está de acordo com isso. Está de acordo que se faça apenas a votação na generalidade.

Não havendo consenso, é isso que se vai fazer.

Vamos votar na generalidade o diploma apresentado pelo Governo Regional.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PP e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos agora votar a proposta de substituição que vem da Comissão e é subscrita pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PP e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Amanhã seguiremos o debate, na especialidade, sobre a proposta de substituição.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Sr. Deputados, boa noite e até amanhã às 10 horas.

(Eram 20,00 horas)

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

José do Nascimento de Ávila

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

O Redactor, José Rodrigues da Costa.